

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CAMPUS DE TOLEDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO
NÍVEL DE MESTRADO**

ANDRÉ LUÍS VENDRAME

**COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E A ADEQUAÇÃO DAS
PROPRIEDADES RURAIS AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL EM
PALOTINA - PR**

**TOLEDO
2014**

ANDRÉ LUÍS VENDRAME

**COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E A ADEQUAÇÃO DAS
PROPRIEDADES RURAIS AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL EM
PALOTINA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger

**TOLEDO
2014**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

V453c Vendrame, André Luís
Cooperativismo, agricultura familiar e a adequação das propriedades rurais ao modelo de produção agroindustrial em Palotina - PR / André Luís Vendrame.-- Toledo, PR : [s. n.], 2014.
87 p. : il..

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Agroindústria - Palotina - PR 2. Agricultura familiar 3 Agricultura familiar - Inovações tecnológicas - Palotina - PR 3. Pequena produção agrícola familiar 4. Formas de organização produtiva 5. Cooperativismo 6. Cooperativas agrícolas - Palotina - PR I. Schallenberger, Erneldo, orient. II. T.

CDD 20. ed. 334.683

ANDRÉ LUÍS VENDRAME

**COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E A ADEQUAÇÃO DAS
PROPRIEDADES RURAIS AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL EM
PALOTINA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Toledo
Orientador

Prof. Dr. Silvio Cezar Arend
Universidade de Santa Cruz do Sul
Campus de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Silvio Antonio Colognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Toledo

**TOLEDO
2014**

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, pela graça da existência, por esta oportunidade e pelo fortalecimento nos momentos difíceis.

Um agradecimento especial ao meu orientador, professor Erneldo Schallenberger, pela paciência, confiança, liberdade e seriedade que marcaram a condução de suas orientações. Muito obrigado pelo apoio e pelas sugestões que nortearam esta dissertação.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Mestrado em DRA e aos membros da banca, pelas contribuições para o enriquecimento deste trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudo.

A Clarice, secretária do Programa de Pós-Graduação, pela sua dedicação no atendimento, sempre disposta e de bom humor.

A todos os entrevistados que se dispuseram a participar da pesquisa e tão prontamente me receberam.

A todos os amigos que conquistei durante o mestrado e aos amigos de longa data, que, mesmo distantes, sei que sempre torceram por mim.

A meus pais, Ari e Dilma, que sempre me apoiaram e entenderam minhas angústias.

A minha esposa Rafaelli, que embora esse estudo tenha sacrificado muitos de nossos momentos, sempre me apoiou e, principalmente, sempre me cobrou para que eu concluísse mais esta etapa de nossas vidas. Obrigado por sempre me incentivar e me instigar a melhorar.

VENDRAME, André Luís. **Cooperativismo, Agricultura Familiar e a adequação das propriedades rurais ao modelo de Produção Agroindustrial em Palotina - Pr.** 2014. 86 p. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as necessidades, a capacidade de adaptação e as atuais condições e aspirações dos produtores associados à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná, em relação à inserção de suas unidades produtivas ao novo modelo de produção, agroindustrial, competitiva e globalizada, via cooperativismo. Parte-se da hipótese de que produtores com maior capacidade de investimento, com unidades produtivas maiores, produção diversificada e maior cultura associativa, possuem maior capacidade adaptativa e de inserção ao novo modelo de produção agroindustrial, ficando as pequenas propriedades alheias a este mercado. Visando o atendimento dos objetivos, usou-se de literatura especializada em relação ao tema para construção da base teórica do estudo, e de pesquisa de campo via estudo de caso para caracterização e análise das unidades produtoras e de seu comportamento em relação à questão de pesquisa. As entrevistas foram realizadas com associados da Cooperativa C. Vale residentes em Palotina-Pr. Os associados foram selecionados de forma aleatória, tomando como base os registros de produtores rurais junto à prefeitura municipal de Palotina. A pesquisa revela que a mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada em grande parte a setores não ligados a unidade produtiva, sendo que a pluriatividade na agricultura familiar se apresenta como importante elemento para reprodução dessa categoria. O setor rural atual é cenário da evasão do público jovem, especialmente aqueles que apresentam nível de escolaridade mais elevado, sendo esta evasão resultante da baixa remuneração proporcionada pelas pequenas propriedades nos dias atuais, ficando evidente a falta de recursos para investimento na diversificação de atividades, ou aumento da produtividade das atividades já realizadas. A pesquisa assinalou ainda a grande concentração da atividade avícola integrada, em propriedades com área superior a 30 alqueires, o que sinaliza a existência de obstáculos à inserção da pequena propriedade neste ramo produtivo. Por último, evidenciou-se a dificuldade que o agricultor familiar de Palotina, bem como de seus representantes sindicalistas e cooperativistas, tem em buscar outra forma de estruturação ou reestruturação da unidade produtiva, para além da proposta do grande mercado, a partir de novos conceitos de produção.

Palavras-chave: Agroindustrialização; Modernização Agrícola; Agricultura Familiar; Cooperativismo.

VENDRAME, André Luís. **Cooperative, Family agricultural and the adaptation of farms to the role of Agro industrial Production in Palotina – PR.** 2014, 93 p. Dissertation (Stricto Sensu Program. M. Sc. Program in Regional and Agribusiness Development). Center of Applied Social Sciences, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo.

ABSTRACT

The main goal of this research was to analyze the needs, the capacity of adaptation and the current conditions and aspirations of the members from the cooperative C.vale, from Palotina, Paraná, related to its productive unities inclusion in the new role of production, agro industrial, competitive and globalized, as a cooperative method. This study has the hypothesis that the farmers with a higher capacity of investment, with higher unities of production, with a diverse production and with a higher associative cultivar, have a higher adaptable capacity and insertion in the new role of agro industrial production, in which the smaller farms are subordinate to this. In order to achieve the main goals of this study, it was used a literary review related to the theme as a construction of its theory part and a field research as a local study to the characterization and analyze of productive unities and its behavior related to this research. The interviews were done with cooperates from cooperative C.vale who live in Palotina-Pr. The members were selected as an aleatory way, in which were taken the registers of rural producers in Prefeitura Municipal de Palotina. This study reveals that the labor in a small property is related in a high part to the sectors which are not related to the productive unity, in which the pluriativity in the familiar agriculture is represented as an important element to the reproduction of its category. The current rural sector is the scenery of evasion of the young people, mainly from those who show a high educational level, being this evasion a result of the low payment given for the small properties nowadays, being evident the lack of resources in an investment in the diversity of the activities or in the increasing of the activities that are done in the place. The study pointed that there is a large number of concentration in integrated poultry activity, in proprieties with more than 30 bushels, what indicates the existence of obstacles in the insertion of a small propriety in this productive branch. Lastly, it was evidenced the difficult that the families farmer from Palotina, as its union and cooperative representatives, have in order to seek another way of restructuration of the productive unity, which aims to gain the higher market with new concepts of production.

Keyword: Agroindustrialisation, Agricultural Modernization, Family Agriculture, Cooperative

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Procedência do agricultor de Palotina	57
Gráfico 2 -	Área das propriedades, em alqueires	58
Gráfico 3 -	Faixa etária dos proprietários entrevistados	59
Gráfico 4 -	Filhos dos proprietários por faixa etária	59
Gráfico 5 -	Ocupação dos filhos.....	60
Gráfico 6 -	Ocupação dos filhos na pequena propriedade	60
Gráfico 7 -	Ocupação dos filhos na média propriedade	61
Gráfico 8 -	Escolaridade dos filhos	62
Gráfico 9 -	Tempo de associação à Cooperativa C.Vale	64
Gráfico 10 -	Organização produtiva e classificação fundiária das propriedades integradas	65
Gráfico 11 -	Classificação fundiária das propriedades não integradas a C.Vale	66
Gráfico 12 -	Atividades produtivas realizadas nas propriedades integradas a C.Vale.....	67
Gráfico 13 -	Atividades produtivas realizadas nas propriedades que não possuem integração de produção.....	68
Gráfico 14 -	Influência da integração produtiva em relação à melhoria das atividades e da renda das propriedades via cooperativismo	70
Gráfico 15 -	Formação da renda das propriedades.....	71
Gráfico 16 -	Condição das propriedades em relação à terceirização de processos produtivos	74
Gráfico 17 -	Pretensão de no mínimo um dos filhos continuar na atividade agropecuária.	75

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Diferenças entre a sociedade cooperativa e a sociedade comercial	17
Tabela 1 - Número de Cooperativas por ramo de atividade	19
Tabela 2 - Cooperativas do Brasil, por região	20
Tabela 3 - Exportação das Cooperativas do Brasil/ Todos os ramos de atividade	21
Tabela 4 - Números do cooperativismo agropecuário brasileiro.....	22

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Palotina	43
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COOPERATIVISMO, APROXIMAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO.....	17
2.2 O COOPERATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL	19
2.2.1 O cooperativismo agropecuário brasileiro	21
2.2.2 O cooperativismo no Paraná	22
2.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO “RURAL”	25
2.3.1 A organização cooperativa no contexto de modernização da agricultura	28
2.3.2 Agroindustrialização e o cooperativismo agropecuário	30
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS CONCEITUAIS E CARACTERIZAÇÃO	34
2.4.1 Política agrícola e a agricultura familiar	35
2.4.2 Modernização agrícola e seus impactos na agricultura familiar	37
2.4.3 As mudanças da base produtiva familiar	39
3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALOTINA	42
3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E O MUNICÍPIO DE PALOTINA	43
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS LIGADOS A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DE PALOTINA.....	45
3.3 A MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM PALOTINA	47
4 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA C.VALE	49
4.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA C.VALE.....	49
4.2 COMPLEXO AVÍCOLA	50
4.3 EXPORTAÇÃO	51
4.4 UNIDADE PRODUTORA DE LEITÕES	52
4.5 BOVINOCULTURA DE LEITE	52
4.6 ARMAZENAGEM.....	52
4.7 ASSISTÊNCIA TÉCNICA	52

4.8 AVIAÇÃO AGRÍCOLA	53
4.9 CAMPO EXPERIMENTAL	53
4.10 PRODUÇÃO DE SEMENTES	53
4.11 FORNECIMENTO AO ASSOCIADO	54
4.12 POSTO COMBUSTÍVEL	54
5 A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS, AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL	55
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
5.2 AMOSTRAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
5.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	57
5.3.1 Caracterização da propriedade	57
5.3.2 Caracterização do proprietário e membros da família	58
5.3.3 As unidades produtivas e a relação com a Cooperativa C.Vale	63
5.3.4 A produção integrada e posicionamento das unidades produtivas em relação à mesma.....	64
5.3.5 A agroindustrialização e a sua influência na renda das propriedades	69
5.3.6 A continuidade das atividades agrícolas	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXOS.....	86

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é uma forma de organização associativa, que por meio da mútua cooperação e dedicação de seus associados, busca lhes proporcionar melhores oportunidades no que se refere à produção, comercialização, armazenagem e assistência técnica as suas unidades produtivas, assim como a organização da produção e coordenação dos sistemas agroindustriais.

Para Pontes (2004), o empreendimento cooperativo difere de empresas normalmente encontradas na economia que direcionam sua administração aos resultados e ao lucro. A forma organizacional cooperativa tem sua base nos princípios doutrinários vindos dos socialistas utópicos, tendo como lastro a igualdade, solidariedade, fraternidade e liberdade.

As cooperativas passam na atualidade por um processo de adaptação a abertura das novas fronteiras produtivas, principalmente as novas fronteiras de comercialização, expondo assim a sua eficiência de processos e a gestão de base social e cooperada a uma economia concorrencial e competitividade dos mercados internacionais.

As cooperativas “rurais” até então estruturadas para o atendimento das necessidades de demanda regional, passaram a dividir o mercado com grandes empresas aptas para o mercado global, que atuam em múltiplos e diferenciados mercados com distintos produtos. Este é um fator impulsionador da mudança e adaptação das mesmas a uma nova forma de gestão apta ao mercado capitalista, mutável, segmentado e competitivo.

A cadeia produtiva do agronegócio brasileiro, a partir dos anos 1990, vem intensificando os projetos de reconstrução produtiva, visando à melhoria da competitividade do setor, buscando alterar a sua característica vivenciada até então de ser competitiva apenas em *commodities*, sendo incipiente em ramos mais dinâmicos de produção (LOURENÇO, 2002).

Os ramos dinâmicos da economia se situam em mercados mais especializados, com produtos diferenciados, ou no mínimo com algo além do “comum”, ou seja, além do mercado de massa. Para Lourenço (2002), esta postura de reconstrução da forma de produzir, decorre da necessidade de aproveitamento das oportunidades abertas por um mercado mundial mais amplo, aberto, globalizado e mais integrado.

Este mercado globalizado induziu as cooperativas agora agroindustriais, a um grande processo de modernização de sua base produtiva, buscando através desta modernização a manutenção de sua competitividade. Este processo resultou em grandes investimentos, em

modernização e ampliação de sua base produtiva, sob pena destas cooperativas serem substituídas ou simplesmente eliminadas (LOURENÇO, 2002).

É visível a marcha em direção a projetos de agroindustrialização e tecnificação da agropecuária, ações que incentivaram a diversificação das atividades nas unidades produtivas dos cooperados vinculados as cooperativas.

Lourenço (2002) observa o processo modernizador da agroindústria como resultante das iniciativas empresariais cooperativistas, tendo como foco a propagação do processo de integração e verticalização das cadeias agrícolas e agroindustriais. Este processo busca agregação de valor ao produto primário, e a diminuição da dependência da obtenção de reduzidas margens propiciadas pela simples comercialização de *commodities*.

A empresa cooperativa tem suas margens de lucro substancialmente aumentadas pelo processo de industrialização dos produtos primários produzidos pela cadeia a montante, assim como é veraz o aumento da eficiência do processo produtivo. A maior eficiência é derivada de um maior controle por meio da cooperativa, via processo de integração das atividades e processos produtivos realizados pelo associado em sua unidade produtiva.

Em relação a este tema, Neto (2007) aponta que, para manterem-se no mercado, as organizações cooperativas dependem de um novo arranjo institucional que permita uma diferente relação nos direitos de propriedade, maiores incentivos a eficiência, monitoramento das ações dos associados, relações contratuais mais estáveis, menores custos de transação de coordenação e de governança do empreendimento.

Sob a ótica capitalista, os fatores acima referidos indicam para um modelo eficiente competitivo e extremamente viável para ser utilizado neste novo contexto de economia global. Os questionamentos que surgem a partir deste cenário estão relacionados à capacidade adaptativa dos proprietários e de inserção de suas unidades produtivas a este novo panorama, no que se relaciona primordialmente ao acesso à tecnologia, investimentos e à capacitação.

O processo de agroindustrialização e de integração da produção dentro do sistema agroindustrial, por meio do cooperativismo, tem se apresentado como alternativa para manutenção da competitividade das cooperativas perante o mercado global, propiciando a melhoria da rentabilidade das unidades produtoras rurais aptas a este rearranjo produtivo, e do agronegócio como um todo. O cooperativismo agroindustrial está alicerçado sob as bases do capitalismo, tendendo assim, a privilegiar o grande mercado, fazendo com que suas ações sejam direcionadas para as unidades produtivas que estejam inseridas, ou aptas a se inserir, nesta nova dinâmica de mercado. Com estes questionamentos em mente, buscou-se a caracterização do problema de pesquisa e possíveis hipóteses.

Torna-se relevante a análise da abrangência destas ações cooperativas, de acordo ao perfil social, econômico e cultural de seus associados, assim como a percepção destes, no que se relaciona a sua capacidade de inserção neste novo modelo, construindo desta forma um aparato teórico que sirva de base para futuras ações que busquem a manutenção da relação entre cooperativa e associados, objetivando o crescimento econômico/social destes atores.

Diante deste contexto delimita-se o problema, podendo ser expresso pela seguinte questão de pesquisa: As pequenas propriedades conseguem se adequar ao modelo de produção agroindustrial/cooperativo?

O fato das unidades produtivas se inserirem neste contexto de produção agroindustrial é fator determinante para o sucesso da cooperativa perante as novas condições de mercado. Discute-se aqui se as ações da cooperativa e o comportamento dos produtores interferem diretamente nas formas de produção adotadas nas suas unidades produtivas e no desenvolvimento das mesmas. Parte-se da hipótese de que produtores com maior capacidade de investimento, com unidades produtivas maiores, produção diversificada e maior cultura associativa, possuem maior capacidade adaptativa e de inserção ao novo modelo de Produção Agroindustrial, ficando as pequenas propriedades alheias a este mercado. Nesse caso, os objetivos, o referencial teórico e os procedimentos metodológicos se estruturam para fornecer a resposta aos questionamentos e confirmar ou não a hipótese da pesquisa.

Visando alcançar os resultados propostos, delimita-se como premissa fundamental do estudo a análise das necessidades, da capacidade de adaptação e das atuais condições e aspirações dos produtores associados à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná, em relação à inserção de suas unidades produtivas ao novo modelo de produção, agroindustrial, competitiva e globalizada, via cooperativismo.

Para que tal objeto possa ser atingido, é necessário análise da problemática que norteia tais questões, assim como de questões correlacionadas, tais como:

- a) Apresentar e analisar as características das unidades produtivas rurais assim como seus sujeitos;
- b) Analisar a percepção dos produtores rurais no que se relaciona aos aspectos transformadores da unidade produtiva;
- c) Diagnosticar as necessidades dos produtores e das propriedades rurais para a inserção produtiva no modelo de produção agroexportador;
- d) Identificar e problematizar em relação à capacidade de adaptação dos produtores, sua percepção do cooperativismo, e da cooperativa em foco como instituição de fomento a agroindustrialização e modernização da agricultura.

Visando o atendimento dos objetivos, usou-se de literatura especializada em relação ao tema para construção da base teórica do estudo, e de pesquisa de campo via estudo de caso para caracterização e análise das unidades produtoras e de seu comportamento em relação à questão de pesquisa.

Esta pesquisa é composta por seis capítulos, incluindo esta introdução, que contempla o problema de pesquisa, sua importância e os objetivos da pesquisa. No segundo capítulo constitui-se pela base teórica acerca do cooperativismo, do processo de modernização agrícola e desenvolvimento rural, e por fim da agricultura familiar. No terceiro capítulo é realizada a caracterização do município de Palotina, sendo este selecionado como local da coleta de dados da pesquisa. No quarto capítulo contempla-se a formação da cooperativa C.Vale e seu portfólio de produtos e serviços prestados ao cooperados. O quinto capítulo relaciona-se ao estudo de caso da pesquisa, contemplando a análise dos dados da pesquisa de campo. Por fim, no sexto capítulo, encerra-se com as conclusões desta dissertação.

2 COOPERATIVISMO, APROXIMAÇÃO TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é contextualização do cooperativismo sob uma perspectiva conceitual e historiográfica, apresentando suas perspectivas como alternativa aos efeitos negativos do capitalismo. É apresentado um referencial sobre os principais precursores dos ideais cooperativistas, assim como uma revisão da evolução desta forma de organização social. Tem-se como foco principal o cooperativismo agropecuário, sua participação econômica e social no Brasil e no Paraná assim como os aspectos relacionados à agricultura familiar, construindo desta forma um aparato teórico que fundamente este estudo.

Para que se possa compreender o fenômeno associativista, faz-se prudente uma breve conceituação relacionada à sua temática, já que tal perspectiva é foco de muitos estudos que buscam identificar e analisar suas aplicações nas mais diversas situações.

Kellerhals (1974, apud Wautier, 2001, p. 21) define o cooperativismo:

[...] associação voluntária como um grupo, com fins não lucrativos, de acesso, do ponto de vista legal, livre e voluntário, possuindo finalidades, uma divisão do trabalho e procedimentos de decisão codificados nos estatutos e buscando objetivos principalmente através da interação entre os membros.

É evidente que o interesse pelo associativismo relaciona-se primordialmente a uma opção de solução a um problema da sociedade, mas, se observa que o ponto que alicerça esta relação é a necessidade da satisfação dos interesses coletivos, tais como melhores condições de trabalho, melhores condições econômicas, buscando juntos satisfazer suas necessidades.

Frantz (2001, p. 3) concebe a cooperação como:

[...] processo social embasado em relações associativas, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns.

O cooperativismo constitui-se em um sistema de cooperação econômica que pode envolver as mais variadas e distintas formas de produção e de trabalho. Teve seu surgimento historicamente com o desenvolvimento do capitalismo, mas esta forma de organização se sustenta como uma das maneiras viáveis a superação do modo capitalista de produção. O cooperativismo é visto como um modo de produção inserido em um sistema de gestão mais adequado, participativo, justo, democrático, buscando atender às necessidades e interesses dos trabalhadores.

Constitui-se de tal forma um sistema com foco na associação de pessoas, tendo suas ações realizadas visando às necessidades do grupo e não do capital (VEIGA & FONSECA, 2001).

Oliveira (1979, p. 35) conceitua cooperativismo como:

[...] doutrina baseada essencialmente, no poder da solidariedade humana e que tem aparecido como [...] a melhor saída, de caráter pacífico, para as crises econômicas e sociais que vêm preocupando a humanidade, cujo sofrimento é uma resultante da falta de união entre os homens, que preferem, não raro, a luta ao invés do trabalho comum e fundamentado na cooperação.

Schallenger sublinha que o cooperativismo pode ser:

[...] concebido como uma associação de pessoas que se organizam para a satisfação das necessidades de cada um na medida em que os objetivos e as necessidades de todos são alcançados, é apresentado como a via alternativa, eficiente e democrática, de uma construção social onde o individual e o comunitário se fundem no horizonte da equidade e da justiça social (SCHALLENBERGER, 2003, p.1).

O cooperativismo se traduz desta forma como um sistema de organização econômico-social fundamentado nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas partes do capital de cada associado, da distribuição equitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua.

A organização cooperativa se relacionada às empresas comerciais, torna-se distinta em seus objetivos, com características próprias, o que a torna intermediária entre aquelas organizações cujo fim é o lucro e as sem fins econômicos.

As diferenças entre as sociedades comerciais e as sociedades cooperativas podem ser assim caracterizadas:

Quadro 1 - Diferenças entre a sociedade cooperativa e a sociedade comercial

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE COMERCIAL
É sempre uma sociedade de pessoas.	É, geralmente, uma sociedade de capital.
O princípio básico é a cooperação.	O princípio básico é a competição.
O objetivo principal é a prestação de serviços para os cooperados	O objetivo principal é a geração de lucro para os sócios
Controle democrático: cada cooperado tem direito a um voto independente do capital investido	O montante de capital investido pelo sócio determina o poder de mando da sociedade.
Assembleias: quorum é baseado no número de cooperados.	Assembleias: quórum é baseado no capital.
O pagamento dos juros é fixo em estatuto, conforme legislação cooperativista.	O pagamento dos juros e dividendos é proporcional ao montante de capital investido pelo sócio.
Retorno das sobras proporcional ao valor das operações de cada cooperado.	Lucro proporcional ao montante de capital investido pelo sócio.

Fonte: SESCOOP/PR, 2013.

O cooperativismo é regido com base nos princípios que foram elaborados pelos pioneiros de Rochdale e seguidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Segundo Pinho (2004) estes princípios são:

- a) Adesão livre e voluntária;
- b) Gestão democrática e livre;
- c) Participação econômica dos associados;
- d) Autonomia e independência;
- e) Educação, formação e informação;
- f) Intercooperação;
- g) Preocupação com a comunidade (responsabilidade social).

2.1 DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO

Ao se avaliar a essência do cooperativismo enquanto doutrina que prega a união para a satisfação de desejos de todos e, por consequência, dos indivíduos, é possível encontrar-se

registros de manifestações desde os mais antigos povos, como os egípcios, os mesopotâmicos e os gregos assim como nas civilizações Astecas e Incas (MARSCHALL, 2005).

Mesmo que as manifestações e formas de organizações com características cooperativistas podem ser observadas desde os mais antigos povos, não é foco desta pesquisa uma revisão histórica das formas e características associativas da sociedade, mas uma aproximação histórica e evolutiva de alguns períodos com características diferenciais.

A história e a literatura recentes creditam à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale o marco da pragmatização dos ideais e princípios cooperativistas, adotados mais tarde pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que serviram de base para a formação das atuais cooperativas. Após uma grande greve, um grupo de 28 tecelões, de Rochdale, Inglaterra, utilizaram experiências anteriores de outras cooperativas e de George Jacob Holyoake, grande cooperativista, para fundamentar e estruturar a Cooperativa de Rochdale.

Para Singer (1998, p. 100), o objetivo do grupo era o da auto-suficiência. Deste modo:

Os pioneiros sócios tinham por fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação aos sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros.

Seguindo o processo de evolução, foi a partir de 1860 que as cooperativas de consumo experimentaram um crescimento vertiginoso, de forma que, em 1881, já se contabilizavam 1.000 cooperativas e cerca de 550 mil associados (RODRIGUES, 2000).

De acordo com Rodrigues (2000), o pensamento cooperativo dos pioneiros de Rochdale foi sistematizado por um grupo de intelectuais franceses, membros de uma organização que ficou conhecida como Escola de Nîmes, nome de uma pequena cidade no sul da França. Este grupo foi responsável pela organização dos dois primeiros Congressos Cooperativistas de Consumo, na França.

As cooperativas de produção (agrícolas e industriais) começaram a surgir ainda no século XIX (RODRIGUES, 2000). Com o tempo, o número de cooperativas foi aumentando, ocupando os mais variados setores da economia e em diferenciados países de todo o mundo.

2.2 O COOPERATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

Os números do cooperativismo brasileiro divulgados pela OCB (2012), revelam a sua importância para a economia, sendo que em dezembro de 2011 existiam no Brasil 6.586 cooperativas com registro na OCB.¹

As cooperativas agropecuárias são as mais numerosas, com 1.523 unidades, seguidas das de transporte com 1.088. Quanto ao número de associados, utilizando as mesmas informações da OCB base 2011, chegou-se ao número de 10.008.835 cooperados em todos os ramos de atividade cooperativa.

Tabela 1 - Número de Cooperativas por ramo de atividade

RAMOS	Nº DE COOPERATIVAS		VARIÇÃO
	2011	2010	
AGROPECUÁRIO	1523	1548	-2%
TRANSPORTE	1088	1015	7%
CRÉDITO	1047	1064	-2%
TRABALHO	966	1024	-6%
SAÚDE	846	852	-1%
EDUCACIONAL	294	302	-3%
PRODUÇÃO	243	235	3%
HABITACIONAL	226	242	-7%
INFRAESTRUTURA	128	141	-9%
CONSUMO	120	123	-2%
MINERAL	69	63	10%
TURISMO E LAZER	27	31	-13%
ESPECIAL	9	12	-25%
TOTAL	6586	6652	-1%

Fonte: OCB, 2012.

Com relação à localização das cooperativas, a Região Sudeste destaca-se com o maior número, a Região Sul ocupa o terceiro lugar em quantidade de cooperativas.

¹ Após a Constituição de 1988 as cooperativas não são mais obrigadas a registros.

Tabela 2 - Cooperativas do Brasil, por região

REGIÃO	Nº DE COOPERADOS		VARIÇÃO
	2011	2010	
SUDESTE	4.702.109	4.072.557	36%
NORDESTE	3.947.600	3.446.112	15%
SUL	664.102	583.861	10%
NORTE	550.138	769.326	-28%
CENTRO-OESTE	164.886	124.671	32%
TOTAL	10.008.835	9.016.527	11%

Fonte: OCB, 2012.

Em relação à participação de todas cooperativas do Brasil nas exportações, no ano de 2013 as mesmas atingiram a sua maior marca da série pós 2007, tendo um aumento de 2,7% em relação a 2012, aumentando conseqüentemente o saldo positivo da balança comercial das cooperativas. Entre os principais produtos da pauta de exportação das cooperativas brasileiras estão: açúcar, soja em grão, carne de frango, farelo de soja, etanol e café em grãos (MDIC, 2013).

É relevante observar que os principais produtos exportados pelas cooperativas brasileiras estão relacionados à agroindústria e agricultura, evidenciando a importância desta base produtiva e da organização cooperativa agroindustrial para a economia nacional.

Na tabela abaixo, é possível observar o volume de exportação das cooperativas em milhões de dólares, segmentado por estado, e sua respectiva participação em relação ao volume total das exportações das cooperativas brasileiras assim como a variação das exportações 2012/2013.

Tabela 3 - Exportação das Cooperativas do Brasil/ Todos os ramos de atividade

UF	2013 FOB* (US\$ Milhões)	2013 Part. (%)	Var. 2012/2013 (%)
PR	2362	39%	5%
SP	1873	31%	-7%
MG	603	10%	-12%
SC	491	8%	11%
MT	302	5%	-12%
RS	264	4%	-23%
TO	72	1%	29%
BA	35	1%	41%
PE	22	0%	-21%
Demais UFs	48	1%	8%
Brasil	6.072	100%	-3%

Nota: No tipo de Frete FOB – Free on Board, o comprador assume todos os riscos e custos relacionados ao transporte da mercadoria. O Cálculo teve como base o domicílio fiscal das cooperativas.

Fonte: MDIC, 2014; OCEPAR, 2013.

O Estado do Paraná merece destaque, uma vez que este foi responsável em 2013 por 39% das exportações das cooperativas brasileiras. Sendo a pauta de exportações brasileiras liderada por produtos de origem agrícola e agroindustrial, reitera-se a importância do Estado do Paraná nestes ramos produtivos, dado sua representatividade no volume total das exportações brasileiras.

2.2.1 O cooperativismo agropecuário brasileiro

Apesar de as Cooperativas de Consumo terem representado a gênese do movimento cooperativista, o cooperativismo agropecuário vem experimentando um importante crescimento e tem se destacado em todo o mundo.

Apesar de essa modalidade ter como objetivo inicial a produção de alimentos (por isso é chamado de cooperativismo agropecuário), nos últimos anos tem se dedicado também por meio de suas cooperativas à industrialização da produção, com o fito de agregar valor à produção dos seus associados. Destarte, agregou mais uma atividade ao leque de serviços prestados aos associados, que vai desde a assistência técnica, comercialização,

armazenamento, assistência social e educacional. A tabela 4 demonstra como está configurado o segmento agropecuário em termos quantitativos.

Tabela 4 - Números do cooperativismo agropecuário brasileiro

Número de cooperativas em atividade	1.523
Número total de agricultores associados	969.541
Número de empregos diretos nas cooperativas	155.896
Exportações diretas 2010 (US\$)	6,1 bilhões

Fonte: OCB, 2013.

As informações da OCB (2013) evidenciam a participação desse segmento no cooperativismo e na economia nacional. Ainda segundo OCB (2013) as cooperativas agroindustriais estão exportando produtos com maior valor agregado, o que contribui substancialmente para o aumento de suas participações nas exportações.

2.2.2 O cooperativismo no Paraná

Importante se faz referenciar inicialmente a constituição básica da estrutura produtiva econômica do Estado do Paraná nos seus principais momentos. A estrutura agrária do Estado do Paraná não foge das peculiaridades dos outros Estados da Região Sul. O Paraná assim como os demais Estados da Região Sul do Brasil foi colonizado por imigrantes alemães, italianos e eslavos, com base numa estrutura fundiária predominantemente formada por pequenas e médias propriedades e, mais intensamente, num período de integração das fronteiras agrícolas às demandas do mercado.

A economia paranaense inicialmente impulsionada pela cafeicultura, que se concentrou primordialmente na Região Norte do Estado, vivenciou importante crescimento com a entrada do setor agroindustrial a partir da década de 1970. A agroindústria representou uma forma de agregar valor à produção agrícola e de tornar o setor mais estável diante das variáveis climáticas e de mercado.

O cooperativismo paranaense compreendeu segundo Rocha (1999, p. 51), três momentos distintos na sua consolidação:

Primeiramente, até 1930, a estruturação das colônias constituiu-se no fator básico para o desenvolvimento do cooperativismo. As comunidades e associações

formaram um ambiente propício para o cooperativismo. Criaram-se, assim, condições que poderiam ser qualificadas como um ambiente *pré-cooperativista*.

A chegada de um grupo de 248 imigrantes alemães, com bases de relação associativas, que fundaram a Colônia Rio Negro, foi fator marcante a caracterização efetiva da cooperação no Paraná. Outro exemplo de experiência cooperativa se desenvolveu na colônia de Muricy, em 1912, e que mais tarde transformou-se na Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda. É relevante o registro a chegada em Carambeí de 450 holandeses, no ano de 1911, que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Este grupo constituiu no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, existente até hoje (ROCHA, 1999).

O segundo momento pode ser identificado pelo período de 1930 a 1970, quando os principais produtos em torno dos quais se constituíram as sociedades cooperativas eram: café, leite e erva-mate. As cooperativas ligadas ao mate foram as pioneiras no Estado, sendo responsáveis pela criação da Federação das Cooperativas de Mate do Paraná (AGROMATE), composta por 14 cooperativas e mais de 10 mil associados, em 1946 (ROCHA, 1999).²

A partir de 1970, segundo Rocha (1999), é identificado o terceiro momento do cooperativismo agropecuário paranaense, quando este começou a tornar-se expressivo, sendo auxiliado por alguns órgãos como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação de Crédito e Assistência ao Cooperativismo do Paraná (ACARPA), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Banco do Brasil e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Buscando o fortalecimento do cooperativismo, estes órgãos se reuniram para a formulação de projetos que tinham como objetivo discutir a forma de atuação das cooperativas, uma vez que alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando na mesma área com objetivos similares. Os projetos aconteceram em três etapas, abrangendo as diferentes regiões do Estado. O Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste, sendo que no decorrer deste projeto ainda no ano de 1971 nasce a OCEPAR, órgão que veio a dar forte apoio à execução dos referidos projetos. Em 1974 foi implantado o Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP), objetivando a reorganização das cooperativas da Região Norte do Estado, e o

² Em relação à Federação das Cooperativas de Mate do Paraná (AGROMATE) ver: ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. 1999. 226 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da Região Centro-Sul (ROCHA, 1999).

Os projetos que cobriram todo o Estado possibilitaram uma aproximação mais efetiva entre produtores e cooperativa, sendo que os órgãos de apoio fomentadores destes projetos tinham a responsabilidade pelo desenvolvimento tecnológico agropecuário, encarregando-se da busca de novas tecnologias para o aumento de produtividade e propiciando segurança e rentabilidade aos agricultores.

Esses projetos de integração, propiciaram uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, sendo estas impulsionadas pelo interesse dos produtores em relação à inserção de suas propriedades na economia de mercado. Fator que levou as cooperativas à construção da infraestrutura básica para o atendimento da produção, e de fundamental importância para o início da integração como consequência da agroindustrialização.

Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a investir na construção da estrutura necessária para implantação de um sistema integrado de produção, com objetivo de consolidação de um complexo de produção agroindustrial, a fim de ultrapassar os limites de fornecedores de matéria-prima in natura às indústrias.

Em 1980, o Paraná já contava com 69 cooperativas do segmento agropecuário com aproximadamente 107.000 associados, ou seja, 24% dos produtores do Estado (ROCHA, 1999). Isso foi possível especialmente devido ao apoio público, via crédito rural subsidiado. O grande objetivo era modernizar a agricultura brasileira, e as cooperativas foram consideradas instrumento fundamental para esse projeto, através do fortalecimento de suas atividades no setor de armazenagem, repasse de crédito e outros serviços já oferecidos visando à organização para ingresso no processo de industrialização.

Contudo, o objetivo de inserção das cooperativas no processo industrial não foi totalmente atingido, já que as cooperativas ainda estavam por demais dependentes em relação ao Estado, especialmente a partir de 1981, quando experimentaram problemas com a restrição dos créditos oficiais. “Apesar do processo de industrialização diversificada produzir resultados positivos nas sobras, as cooperativas não conseguem superar o problema do endividamento” (ROCHA, 1999, p. 55). Destarte, foi a partir do final década de 1980 e início da década de 1990 que algumas cooperativas conseguiram, auxiliadas pelo retorno de algumas linhas de crédito, ingressar no processo de agroindustrialização.

Em 2004, o cooperativismo agropecuário já respondia por cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) da agricultura paranaense, com 210 (duzentos e dez) cooperativas associadas e 348.309 cooperados. Atuando intensamente em todo o processo de produção, beneficiamento e industrialização, fazendo com que o associado seja um agente ativo na participação do mercado interno e externo, como também nas ações sociais de comunidade, atendendo principalmente os pequenos e médios produtores (OCEPAR, 2013).

Estes índices em 2011 atingiam 240 cooperativas associadas com 735.000 cooperados, gerando 1,5 milhão de postos de trabalho e um faturamento de 32,1 bilhões de reais (OCEPAR, 2013).

2.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO “RURAL”

Considerando que o foco desta pesquisa centra-se na análise de fenômenos relacionados ao produtor rural e ao movimento cooperativo, busca-se então trabalhar o processo de desenvolvimento com foco nas relações de produção, nas unidades produtivas rurais e suas correlações econômicas e sociais.

Veiga (2000) refere-se em seu estudo que não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto, singular, diverso e separado do desenvolvimento urbano, pois este é um processo complexo, para tanto se recorre a uma forma de simplificação ou delimitação do fenômeno do desenvolvimento econômico. O autor propõe uma delimitação do fenômeno do desenvolvimento, tratando-o como uma parte do todo.

Tendo em vista a proposta de Veiga (2000), propõe-se, a análise do cooperativismo e sua relação com o desenvolvimento econômico, com enfoque maior ao segmento rural do desenvolvimento, ou a parte rural de desenvolvimento econômico.

Delimitado o fenômeno do desenvolvimento econômico, busca-se a caracterização do que é o rural, qual a abrangência deste conceito. Para Abramovay (2003), ruralidade é um conceito de natureza territorial, e não-setorial, sendo que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. As relações econômicas das áreas de povoamento mais distantes dependem da atividade econômica das cidades próximas ou até de grandes centros urbanos, mesmo que estes sejam territorialmente afastados.

Novamente a relação econômica do rural funde-se ao urbano, assim como as sua dependência social/econômica necessária para o desenvolvimento de ambos. A definição de rural é difusa e questionável sendo assim uma discussão praticamente inesgotável.

Abramovay (2003), afirma que é possível observar certo consenso sobre rural em alguns aspectos, que seguem: rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; o rural é multisetorial e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa e não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

O fenômeno do desenvolvimento econômico pode ser gerado através do resultado das relações do que se pode considerar rural e urbano, por meio das redes mercantis, sociais e institucionais que se estabelecem entre o campo as cidades e vilas adjacentes.

Segundo Terluin (2003), podem-se identificar três enfoques no campo do desenvolvimento rural: o do desenvolvimento exógeno, o desenvolvimento endógeno e a combinação dos dois. No desenvolvimento exógeno, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas que são implantadas em determinados locais ou regiões, um exemplo desta forma de desenvolvimento é a inserção de políticas de modernização da agricultura. O enfoque do desenvolvimento endógeno tem sua base de desenvolvimento o próprio local, sendo fomentado por impulsos locais e com recursos locais, sendo que os atores, neste caso os produtores, e as instituições, no caso as cooperativas, desempenham papel fundamental para o sucesso desta forma de desenvolvimento.

O fenômeno do desenvolvimento rural pode então, por conseguinte ser impulsionado por uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas, onde é possível que as instituições atuem como mediadoras das relações externas, visando à viabilização das mesmas no âmbito local.

De acordo Kageyama (2004), o paradigma da modernização agrícola que dominou a teoria as práticas e as políticas, sendo a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais em um novo contexto e sob uma nova forma de organização da agricultura moderna, vêm sendo substituído, principalmente se observarmos exemplos da Europa orientados sob o novo enfoque do “desenvolvimento rural”.

O exemplo europeu abrange a criação de um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, tendo como objetivos a produção de bens públicos (paisagem) e a busca de sinergias com os ecossistemas locais, sendo a valorização das economias de escopo em

detrimento das economias de escala e a pluriatividade e diversificação das famílias/propriedades rurais.

Observam-se estas características no rural brasileiro, sendo exemplo de tais práticas o turismo rural, a produção de bens diferenciados com maior valor agregado tendo o foco na valorização da marca “rural”, vinculada a produtos de maior qualidade com menor índice de processamento industrial. Observa-se ainda os incentivos endógenos e exógenos na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, que tem seu foco essencialmente voltado ao enfoque acima proposto.

O desenvolvimento rural e o processo de adaptação aos novos modelos de produção agroindustrial delimitam dois caminhos as unidades produtoras rurais. O primeiro se relaciona a adaptação ao novo modelo de produção em escala e, conseqüente, readequação da propriedade, da cultura produtiva e da visão de mercado. O segundo se fundamenta na criação de novos produtos e novos serviços, direcionados a mercados segmentados, visando à valorização da marca rural, tentando redesenhar a agricultura em segmentos que não impõem a necessidade de escala de produção.

Para Kageyama (2004), tais fenômenos resultariam na saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização, ao acelerado aumento de escala de produção e ao processo de industrialização que o novo modelo de produção agrícola impõe.

Além deste processo excludente de modernização agrícola, Abramovay (1998), discute a inviabilidade da pequena propriedade ou da agricultura familiar, no que se relaciona a valorização da terra da unidade produtiva. A volatilidade dos mercados e a fragilidade das relações produtivas contribuem diretamente para que o valor da terra seja mais um fator excludente a pequena propriedade. Por sua inviabilidade econômica perante o processo de agroindustrialização da produção e pelo alto valor do bem (propriedade da terra), os pequenos produtores tendem a venda da propriedade e migração para o meio urbano em busca de novas oportunidades.

A falta de consenso entre teorias gera grandes discussões, para Abramovay (1998), as novas formas de uso e exploração das atividades do campo, como a conservação da natureza voltada ao agro-turismo, à agricultura orgânica e a produção de artigos diferenciados que focam na especificidade regional e visam à venda direta, surge como possibilidade de manutenção da pequena propriedade, fazendo do desenvolvimento rural um processo diferenciado e de múltiplas possibilidades. Estas novas formas de uso da terra passam a viabilizar propriedades que se encontravam fora do paradigma da modernização,

oportunizando acesso a um novo mercado e a novas possibilidades de transações econômicas/sociais com o meio urbano.

Dentre as inúmeras possibilidades do ambiente rural sob a ótica da modernização da produção, o meio rural é visto hoje como agente com grande capacidade de geração de empregos, sendo este um processo chave do desenvolvimento rural.

Para que as oportunidades geradas a partir da modernização da produção rural sejam aproveitadas, é relevante o discernimento de que a economia globalizada caminha em direção a tecnificação e inovação, gerando desta forma a diminuição da demanda por mão-de-obra de baixa qualificação, sendo necessária uma maior qualificação profissional para atender as necessidades das novas tecnologias praticadas (ABRAMOVAY, 1998).

A valorização da inovação tecnológica e da qualidade dos recursos humanos no meio rural assim como na indústria, por consequência, gerou uma mudança significativa na demanda de trabalho, no sentido de redução da necessidade de trabalho não-qualificado e/ou de baixa qualificação e de alteração nas necessidades e exigências das categorias de trabalho qualificado.

As novas tendências de organização multifacetada da agricultura apontam como essencial para os países em desenvolvimento um paradigma de desenvolvimento com base na parceria rural-urbano. Estes países tendem a concentrar seus recursos no desenvolvimento industrial urbano, o que acarreta um aumento da migração rural-urbana e como consequência os problemas que ela traz para as cidades.

Silva (1999), apresenta referencial sobre uma tendência em um segundo momento do processo de industrialização, a migração do urbano para o rural, e a uma nova organização social. Essa nova fase estará relacionada à busca de condições pautadas na qualidade de vida e benefícios econômicos, que tendem a um processo de descentralização das áreas industriais da zona urbana. O processo de descentralização industrial acarretará num movimento migratório para as regiões circunvizinhas as cidades, áreas que podem ser caracterizadas como urbano-rural. Este fenômeno resultará em um movimento não só de pessoas, mas também dos investimentos industriais.

2.3.1 A organização cooperativa no contexto de modernização da agricultura

Para Schneider (1999, p. 33), “todas as iniciativas de cooperação existentes antes do século XIX caracterizavam-se por uma cooperação informal e assistemática”. Já para Machado (2006), a cooperação em uma forma mais completa e organizada, com a pretensão

de instaurar um novo sistema econômico e social fundado na cooperação teria lugar a partir da segunda metade do século XVIII.

De acordo com Schneider (1999) a organização cooperativa nos moldes que é organizada na atualidade teve sua base originada nos eventos históricos do século XIX ligados à Revolução Industrial, durante este período os trabalhadores tinham explorada sua força de trabalho, sendo submetidos a jornadas de trabalho que podiam chegar a 14 horas por dia, utilizando mão-de-obra infantil, sendo remunerados com salários que não atendiam às necessidades mínimas de sobrevivência e saúde dos trabalhadores.

Com o objetivo de preservar os princípios cooperativos primordiais de Rochdale, em 1895 em Londres, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Em 1948, a própria ACI, aprovou uma regulamentação regente do que seria considerado como organização cooperativa. Segundo Martins (2006), ficou determinado nesta regulamentação que a partir de então, seria considerado como cooperativa as associações de pessoas que tenham como finalidade a melhoria econômica e social de seus membros, sendo esta associação baseada na ajuda mútua e nos princípios de Rochdale.

Para Seibel (1994), o cooperativismo foi trabalhado e implementado com a função de apoio ao Estado. Segundo o autor, este seria a parte civil do Estado. O cooperativismo não estaria assim fundamentado na representação política/social, mas sim buscando a unificação das classes ligadas ao setor agrícola, principalmente a burguesia rural.

No Brasil, durante o período de governo militar, o cooperativismo se transforma no único canal político representativo da classe rural, sendo este submetido às deliberações do estado. Somente a partir da Constituinte de 1988, é que fica promulgado que o Estado deve apoiar o cooperativismo, mas não o submetendo ao seu controle (SEIBEL, 1994).

Segundo Schneider (2013), o processo de globalização da economia e suas influências na estruturação e organização das relações de trabalho, fizeram com que o cooperativismo ganhasse nova força no Brasil, principalmente após 1990, ressurgindo como alternativa de combate à crise, reestruturando as relações de trabalho e diminuindo a exclusão social, em suma, buscando viabilizar uma economia mais solidária.

O modelo cooperativista predominantemente adotado no Brasil tem como característica, uma cooperativa que busca resolver algumas distorções do sistema capitalista, mas ficando evidente em muitas situações que a prática cooperativa se assemelha com a prática de uma empresa capitalista (ABRAMOVAY, 1998).

Como exemplo de aproximação da gestão cooperativa à capitalista, pode-se citar o processo de integração de produção. É perceptível que o processo de integração agropecuário,

realizado tanto por empresas como por cooperativas, é uma das formas de penetração do capitalismo na agricultura. Neste arranjo produtivo, várias propriedades dispersas passam a trabalhar sob o comando centralizado da empresa ou cooperativa, como pode ser observado nos arranjos produtivos de cadeias agroindustriais.

Para Abramovay (1998), é através deste processo que se reorganiza uma pequena unidade produtora familiar para que esta passe a produzir para o grande mercado, inserindo-se na economia mundial através de um processo de ruptura do modelo familiar de produção, passando então obedecer a padrões estabelecidos pela agroindústria, como quantidade produzida, qualidade do produto, forma de venda, tempo de venda; focando ao atendimento na demanda do mercado mundial.

Chayanov (1925/1986, apud Abramovay, 1998, p. 95) cita:

[...] com toda probabilidade, nas primeiras fases do desenvolvimento da cooperação, estas mudanças não serão particularmente grandes. Mas, sem dúvida, com o aumento quantitativo dos elementos de economia social no nosso campo, vamos nos defrontar com o desenvolvimento de uma psicologia econômica e esperamos que a evolução da agricultura será, em muitos aspectos, uma negação gradual daquelas bases da unidade de produção familiar [...].

Pode-se perceber que o processo de modernização e evolução das formas de produção agropecuária, não são novidades nem tão pouco inesperadas e imprevisíveis, mas a grande diferença é que segundo Abramovay, (1998) o processo de integração da produção agrícola (agroindustrialização, atual), é um caminho a ser percorrido para que os produtores por intermédio das organizações cooperativas criassem uma organização cada vez mais poderosa, que no futuro pudesse oferecer ao país condições de passar de um capitalismo de estado para um modelo mais social de produção.

Este é um grande desafio para a criação de uma real Economia Solidária no Brasil, assim como a luta na tentativa de implantar práticas cooperativas verdadeiramente com foco na orientação autogestionária, participativa e democrático-popular, gerando benefício a todos os envolvidos.

2.3.2 Agroindustrialização e o cooperativismo agropecuário

A agroindustrialização nos moldes de atividade econômica inserida no contexto do agronegócio brasileiro, foi analisada enquanto forma de organização produtiva a partir da década de 80, conforme estudos de Lauschner (1995), sendo caracterizada primeiramente como um complexo agroindustrial, sendo que este tomou forma e evoluiu nas suas relações de produção, industrialização, armazenamento e comercialização, passando a caracterizar um

sistema agroindustrial, tendo em sua formação diversos setores econômicos produtivos inter-relacionados.

Furtado (2002), afirma que no Brasil o setor primário evoluiu a partir dos ciclos econômicos até atingir o estágio da agroindustrialização, sendo que o agronegócio é indiscutivelmente impulsionado pela produção de mercadorias de exportação e pela agregação de valor aos produtos in natura, por intermédio da agroindustrialização.

As cooperativas agropecuárias brasileiras caracterizam uma forma organizacional de extrema importância para o agronegócio nacional, pois estas instituições são formadas por produtores rurais que buscam opção para armazenagem, comercialização da produção, oportunidade de ganhos de escala e poder de barganha. Fatores estes possíveis de serem alcançados devido ao volume de comercialização da instituição ser mais representativo do que a comercialização individual dos associados. A possibilidade de industrialização da matéria-prima pelas agroindústrias cooperativas, permite agregação de valor ao produto primário, tendo como consequência uma maior rentabilidade da unidade produtiva agropecuária (NETO, 2007).

O processo de integração/concentração de organizações cooperativas, se bem geridas, respeitando os reais objetivos para qual foram criadas, geram uma ação que reforça as condições para melhor redistribuição da renda e das oportunidades dentre os seus cooperados, como afirma Schneider (2013). O autor refere-se ao cooperativismo como uma resposta para os problemas impostos pela globalização, uma vez que tem grande potencial de gerar empregos e servir de contrapeso à concentração de riquezas.

Mas da mesma forma que a economia global passa por mudanças, as organizações cooperativas também estão expostas a este novo cenário. Para Neto e Pinto (2012), o agronegócio brasileiro evoluiu nas últimas décadas tanto nas áreas já consolidadas como nas novas fronteiras agrícolas, não somente em volume de produção e produtividade nas propriedades, mas também em desempenho, tecnologia e estratégias das empresas agroindustriais, adotando ousadas estratégias de gestão, incluindo fusões e incorporações.

Neste contexto, as cooperativas de todos os ramos sofrem a pressão por maior eficiência e competitividade, demandando segundo Nychai (2005), capitalização, fidelidade, transparência, gerência, profissionalismo, marketing, qualidade e controle de custos, constante qualificação dos recursos humanos, fusões, alianças estratégicas e legislação específica atualizada. Para o autor estas características são essenciais ao novo padrão de gestão das organizações cooperativas.

A produção agroindustrial tem estreita ligação com os grandes complexos e sistemas produtivos, normalmente vinculados a grandes propriedades agropecuárias, com perfil de produção direcionado a exportação e ligadas aos complexos agroindustriais com economia de escala (NYCHAI, 2005).

Este fenômeno, aliado as novas tendências de gestão, deixou a propriedade rural familiar e a unidade agro-processadora de pequeno porte em segundo plano, ficando a margem das oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico, pois estas unidades produtivas não são o foco dos sistemas agroindustriais (BATALHA & FILHO, 2005).

Aspectos ligados à dificuldade de comercialização e a carência de competências favoráveis à sua sobrevivência no mercado, também são fatores condicionantes a manutenção e viabilização da agroindustrialização na propriedade rural familiar (NYCHAI, 2005).

Se as cooperativas, em nome do princípio da integração buscam na concentração, ganho de escala, produtividade e aumento de competitividade, para Schneider (2013), tal concentração no cooperativismo não representa a exclusão, como no modelo capitalista.

É de conhecimento que esta premissa hoje é bastante contestável, visto que para o ingresso das propriedades rurais na cadeia agroindustrial via processo de integração, é necessário um grande dispêndio de capital para investimento em infraestrutura e adequação das atividades as exigências da integradora, além de capacitação e mão de obra qualificada.

Mas é evidente que o processo de agroindustrialização tem grande relevância no agronegócio brasileiro, quando observada a sua representatividade na organização da cadeia produtiva e na agregação de valor aos produtos primários oriundos das unidades produtivas agropecuárias, contribuindo desta forma para aumento da eficiência destes processos (NYCHAI, 2005).

O mesmo autor fundamenta que na pauta de exportação, os produtos in natura são suscetíveis a preços baixos, principalmente se considerados as constantes variações da taxa de câmbio, sendo que os produtos agroprocessados apresentam incremento de preços, e menor variação de mercado, ratificando a importância da agroindustrialização para a economia do agronegócio brasileiro.

No ramo de produção agropecuária, mesclam-se as funções dos setores econômicos para obter bons resultados e usar de todos os recursos e elos que cada um pode oferecer, sendo que no sistema do agronegócio, cada setor tem funções a desempenhar, onde a inter-relação é fator crucial, devido à grande interdependência dos elos deste sistema. Para Nychai (2005), cada elo ou cada setor, produz resultados específicos, mas a inter-relação dos setores

da atividade econômica transformando-se numa cadeia de relações produtivas é o que pode oferecer mais benefícios ao produtor e ao consumidor.

A discussão em torno da inserção da pequena propriedade rural neste novo âmbito do agronegócio configura-se para Nychai (2005), como alternativa para geração de renda, visto que através do processo de agroindustrialização a pequena propriedade possa atingir certa competitividade para os produtos in natura após passarem por algum processamento. Assim fundamenta-se que a agroindustrialização sob a ótica de resultado econômico-financeiro, pode trazer um novo ânimo à propriedade rural familiar.

Torna-se relevante a análise da capacidade de adaptação e inserção destas pequenas unidades produtivas a esta nova forma de organização da produção sendo que Nychai (2005), afirma ainda que um grande desafio será contornar o fato de que o agronegócio, e o ramo de produção agroindustrial, estejam associados às grandes escalas de produção e aos grandes negócios realizados no contexto da agropecuária.

Em contraponto a esta visão para Batalha & Filho (2005), a pequena unidade de produção que busca a manutenção de sua base produtiva, tem como alternativa de renda a produção voltada à pequena escala e a utilização de mão de obra familiar, buscando trabalhar com atividades focadas na diferenciação dos produtos processados na propriedade rural familiar e na diversificação da produção.

Megido (1998) afirma que mesmo que a pequena propriedade rural não obtenha ganhos ao inserir-se no sistema agroindustrial, quando isso é possível, ainda assim, os ganhos deste sistema na totalidade da economia brasileira identificam o setor agroindustrial como uma das maiores economias de negócio brasileiro.

De acordo com Nychai (2005), este setor é gerador de grandes vantagens competitivas, sendo caracterizado como uma das principais alternativas para um país em desenvolvimento, que busca aumentar sua representatividade perante o mercado mundial.

Ao caracterizar as cooperativas agropecuárias brasileiras, Neto (2007), aponta que grande parte tem aspectos em comum, como, o grande número de cooperados, a baixa escolaridade dos associados, relativa dependência financeira a capital externo e, em sua maioria, baixa rentabilidade sobre o patrimônio.

Tendo em vista este perfil de cooperativas, o grande número de pequenas propriedades e a importância das mesmas para a região oeste do Paraná e para o agronegócio brasileiro, fica evidente a necessidade de pesquisa, análise e monitoramento deste processo de agroindustrialização da agricultura, e em específico das pequenas unidades produtivas rurais.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS CONCEITUAIS E CARACTERIZAÇÃO

O termo agricultura familiar é passível de várias definições. Contudo Schneider (2003) indica que a agricultura familiar incorpora um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias e categorias com acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Zaldivar (1993), qualifica a agricultura familiar como uma estrutura não específica a nenhum modo de produção, mas apropriada historicamente a distintos modos de produção. Segundo o mesmo autor, pode-se conceituar agricultura familiar como sendo uma forma organizacional de produção caracterizada pela utilização majoritária da força de trabalho procedente do próprio grupo doméstico, definido culturalmente. Nesta organização produtiva a unidade de produção coincide com a unidade de consumo.

A forte relação estabelecida entre a família, à propriedade e o trabalho representam o foco de preocupação do camponês com relação à garantia de sobrevivência no presente e garantia das gerações futuras. A transmissão do conhecimento a essas gerações constitui um dos eixos de reprodução do campesinato, bem como o sistema de policultura desenvolvido por este público como forma de assegurar a subsistência familiar (TOMAZELLA, 2010).

Lamarche (1997, p. 15) confirma tal proposição ao afirmar que a produção camponesa “[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.”

De acordo com os estudos da FAO/INCRA (2000) a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é realizado por membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção e/ou da terra pertence à família e em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva é no interior da própria família que se realiza a nova organização dos bens para produção.

Lamarche (1997, p. 15) confirma essa ideia ao analisar que esse modelo de agricultura requer as noções de “transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”.

A agricultura familiar pode ser entendida como uma forma social de produção em que o trabalho, a gestão e a propriedade estão intimamente ligadas à família. Entretanto, os aspectos internos e sua relação com o ambiente social e econômico também devem ser

considerados, uma vez que são relevantes as noções de estratégia de reprodução, mercantilização e progresso tecnológico (PLEIN e SCHNEIDER, 2003).

Nesta mesma visão, Tomazella (2010) afirma que há forte inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo, visto que as propriedades possuem relativa independência com relação à sociedade envolvente, devido à auto-suficiência, porém estabelecem alguma relação com esta, e apresentam-se em posição de subordinação econômica social e política a outras categorias, tanto rurais quanto urbanas.

Essas noções permitem compreender a transformação da forma familiar de produção e sua relação com a sociedade capitalista, visto que a agricultura familiar vem, ao longo do tempo, buscando formas de adaptação para se desenvolver e possibilitar sua inserção nas dinâmicas de mercado que a cercam.

2.4.1 Política agrícola e a agricultura familiar

No período posterior a 1970, a propagação das inovações tecnológicas no campo e consequente modernização dos meios de produção, provocaram consequências negativas na geração de ocupações agrícolas e na reprodução e manutenção das unidades familiares de produção. O foco da política agrícola adotada neste período estava voltado ao desenvolvimento agrícola por meio do aumento da produtividade e da competitividade, o que vem a beneficiar a grande produção (AMORIM, 2007).

A partir dos anos 1990, momento em que o país se democratiza após longo período de regime autoritário, as políticas públicas direcionam-se na necessidade de promover o desenvolvimento das unidades produtivas familiares, e a agricultura familiar passa a ser incluída nos planos de desenvolvimento do país (AMORIM, 2007).

Neste sentido, observa-se que no período de meados dos anos 1990 o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) manteve a política de incentivo à competitividade empresarial maximizando as oportunidades do agronegócio, mas também ocupou-se oficialmente da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, reconhecendo a importância social produtiva e ambiental do segmento para a sociedade em geral (TONNEAU *et al.*, 2005).

Após a tentativa frustrada de implantação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP em 1994, devido às dificuldades encontradas pelos produtores familiares em se enquadrar nas exigências do sistema financeiro, em 1996 foi efetivamente implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),

tendo este uma política específica para o segmento da agricultura familiar brasileira, abrangendo crédito rural para custeio, investimento, infraestrutura, serviços e capacitação (AMORIM, 2007).

Durante a década de 1990 o espaço rural brasileiro passou por transformações na sua estrutura produtiva, como exemplo pode-se citar os impactos causados pelas mudanças estruturais na economia, derivadas do processo de abertura e integração econômica via MERCOSUL. Esta abertura econômica repercutiu em uma redução significativa na renda dos estabelecimentos agrícolas, com maior ênfase nos de base familiar. Esta redução de renda é resultante da queda nos preços dos produtos agrícolas provocada pela eliminação ou redução das barreiras tarifárias (FERNANDES FILHO, 2001).

A desvalorização do preço dos produtos agrícolas não foi o único fator que levou a queda da renda do setor agrícola. O processo de estabilização monetária no período de 1994 a 1999 também contribuiu para o agravamento da crise no setor agropecuário. A forte valorização do câmbio e elevação da taxa de juros resultou no aumento dos custos de produção, conseqüentemente, aliado a desvalorização dos produtos agrícolas, culminou em uma grande redução da rentabilidade das unidades de produção (PLEIN & SCHNEIDER, 2003).

Em resposta a crise do setor agropecuário, e em virtude dos novos arranjos da agricultura familiar após meados dos anos 1990, as políticas públicas direcionadas a produção familiar ganham ênfase, e passam a tratar de questões ambientais, do desenvolvimento rural e da produção agrícola (MIOR, 2005). No período de 1994 a 1999 os movimentos sociais ligados à agricultura familiar ganham espaço e demonstram a necessidade de rever o papel do meio rural (PLEIN & SCHNEIDER, 2003).

Somente com a Lei Federal de número 11.326 de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar passa a ser considerada categoria produtiva e se estabelece critérios para identificação da mesma. Tais critérios têm a sua definição associada ao tamanho de área máxima do estabelecimento rural, à mão-de-obra utilizada neste estabelecimento para desenvolver as atividades produtivas, à renda máxima e à origem da renda obtida.

Na atualidade, os incentivos a agricultura familiar são basicamente oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este objetiva estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BCB, 2014).

De acordo as informações do Banco Central do Brasil (BCB) (2014, p.01):

São beneficiárias do PRONAF as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP). [...] a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deve ser emitida por agentes credenciados pelo MDA, observado ainda que: a) é exigida para a concessão de financiamento no âmbito do PRONAF; b) deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra; c) pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do PRONAF.

Neste ambiente é que se encontram inseridos os produtores familiares de Palotina-Pr, objeto deste estudo, para aprofundar a discussão é importante proceder à análise sobre as atividades desenvolvidas por esta categoria e as transformações em seu espaço produtivo.

2.4.2 Modernização agrícola e seus impactos na agricultura familiar

A modernização ocorrida no campo a partir dos anos 1960 gerou custos derivados do alto dispêndio de recursos financeiros aplicados diretamente na produção primária. Tal período foi caracterizado como uma nova era, haja vista que a proposta tecnológica apresentada carregava a promessa de uma mudança no modelo de produção, com maior velocidade e precisão na realização das operações agrícolas com o uso de maquinários e consequente elevação dos níveis de produtividade pelo maior uso de insumos agrícolas (TOMAZELLA, 2010).

Este processo de modernização da agropecuária foi prioridade para o Estado principalmente a partir de 1967, como forma de resposta ao emergente desenvolvimento industrial, buscando a ampliação de mercados de máquinas, equipamentos e insumos modernos para a agricultura. Para isso, foi necessário elevar a produção com aumento da produtividade da terra e o aprimoramento de técnicas e métodos de trabalho. A modernização da agricultura foi fundamentada em estratégias visando uma maior abertura ao mercado internacional (DELGADO, 1985).

É relevante observar que o processo de modernização da agricultura ocorrido no país não foi uniforme, pois não atingiu todos os produtos e nem todas as regiões agrícolas. Neste contexto segundo Elias (1996, p. 3) “[...] a difusão de inovações, assim como a distribuição de crédito rural, deu-se de maneira não uniforme, constituindo um setor baseado em uma estrutura dual, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado do setor no país”.

Analisa-se deste modo, que a modernização agrícola associada ao sistema de crédito constituiu um processo excludente para a agricultura familiar em razão das barreiras encontradas pelos produtores para acessá-la.

O desenvolvimento tecnológico deu-se de modo mais intenso nas tecnologias de produto, como por exemplo, na cultura da soja, visto que ocorreu uma concentração tecnológica e de investimentos direcionados a este produto. A produção agrícola familiar ficou a margem desse processo implantado pelas políticas públicas, ficando evidente o investimento em um modelo tecnológico que desconsidera as características intrínsecas da agricultura (FLEISCHFRESSER, 1988).

Para fomentar a modernização do campo, foram ofertados grandes volumes de crédito agrícola, os quais ficaram concentrados nos produtores que satisfaziam a proposta de desenvolvimento de produção para exportação. Esses produtores, chamados empreendedores agrícolas ou agricultores patronais, são caracterizados por apresentarem extensões de área apropriadas para o desenvolvimento da agricultura em larga escala, bem como possuíam condições para adoção de tecnologia compatível com esta proposta, pela implantação de novos níveis tecnológicos com intenso uso de maquinários e insumos (adubos e defensivos químicos) (TOMAZELLA, 2010).

A modernização agrícola intensificou a valorização da unidade agrária, resultando em uma maior concentração fundiária, bem como na dificuldade de acesso a terra por parte do pequeno produtor rural (DAVID, 1996). Aprofundou assim as diferenças entre as categorias de agricultores rurais, conduzindo a agricultura camponesa à busca de adaptação para sua reprodução, assumindo novos contornos e se transformando na chamada agricultura familiar.

A agricultura familiar, que encontra suas raízes no campesinato, desenvolveu outras formas de reprodução buscando sua adaptação ao mundo moderno, considerando sua “comunicação” com o espaço urbano e a questão da inserção em um sistema produtivo e uma economia capitalista, muito embora essa inserção seja representada por uma produção em pequena escala (TOMAZELLA, 2010).

Em relação às adaptações da agricultura familiar ao capitalismo, Santos (2001, p. 62), cita que “A penetração do capitalismo no campo [...] não tem significado historicamente a destruição da pequena produção, mas a redefinição de seu papel no movimento mais geral da acumulação”.

Gazola (2006) destaca que o crescente processo da mercantilização faz com que a produção de alguns itens esteja voltada para a venda, assumindo desta forma valor apenas nos circuitos de mercado. Para o autor “A mercantilização materializa-se por meio do processo de

externalização, da cientificação da produção e da dependência estrutural em relação aos mercados pelos agricultores” (GAZOLA, 2006, p. 84).

Na agricultura familiar, os produtos de autoconsumo possuem valorização apenas na esfera interna da unidade de produção, servindo para manutenção do grupo doméstico, sendo de grande importância na sua segurança alimentar e na sua reprodução social (GAZOLA, 2006).

2.4.3 As mudanças da base produtiva familiar

Com o advento da modernização e o decorrente aumento da produtividade, a agricultura familiar se volta para a produção de culturas como a soja e o milho. Nas últimas décadas, como estratégia de autosustentabilidade, evidencia-se a recriação da pequena unidade familiar no modo de produção capitalista, com base na diversificação das atividades, sendo que uma das opções dessas unidades de produção é a agroindustrialização de sua matéria-prima voltada ao mercado consumidor (AMORIM, 2007).

Em busca de alternativas para a manutenção das unidades produtivas, muitos agricultores além da diversificação e reelaboração da base produtiva de suas propriedades familiares, são obrigados a buscar trabalhos externos a sua unidade familiar.

David (1996) ao mencionar a dinâmica do processo de modernização da agricultura ocorrido no Rio Grande do Sul, afirma que a expansão da pluriatividade, resultado da necessidade de complementação de renda, ocasionou a retração da força de trabalho familiar nas unidades produtivas, visto que os produtores obrigaram-se a vender sua força de trabalho nas épocas de maior demanda por mão de obra, provocando assim a expropriação dos pequenos produtores.

O aumento da pluriatividade entre os agricultores familiares coincide com a redução da População Economicamente Ativa agrícola após os anos 1980, e também com a forte mecanização da agricultura, mais particularmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola (SILVA; DEL GROSSI, 2002).

A agricultura deixa de ser um sistema isolado para estar diretamente vinculada à indústria, ao comércio e ao setor financeiro. Torna-se dependente dos centros urbanos onde são adquiridos os bens e serviços necessários à produção nesse setor. Por sua vez, a cidade centraliza a comercialização, a industrialização de insumos e a agroindustrialização da produção (AMORIM, 2007).

Kautsky (1980) faz referências à possibilidade de manutenção das propriedades rurais familiares, se as mesmas assumirem uma função acessória e complementar à grande empresa, uma vez que esta exercerá o domínio da produção agrícola, mas reconhece a superioridade técnica da grande unidade de produção e o processo de industrialização da agricultura. A pouca disponibilidade de terra e as dificuldades ao acesso a modernização tecnológica, restringe a capacidade de concorrência dessas unidades de produção e reduz sua renda, obrigando-as a buscar uma atividade complementar ou a abandonar definitivamente o meio rural.

Wanderley (1989) analisa que os produtores familiares buscaram alternativas econômicas que se articulassem em dois níveis complementares: de um lado, o acesso a uma atividade mercantil como meio de se integrar na economia local, e por outro lado somam-se a essa atividade mercantil o autoconsumo.

Neste novo contexto da agroindustrialização e das relações de produção da agricultura familiar, pode-se citar a pluriatividade como mais uma alternativa de manutenção das unidades produtivas.

Kautsky (1980) demonstra três tipos de ocupações acessórias:

- a) o trabalho agrícola assalariado, como por exemplo, o trabalho temporário em grandes propriedades em períodos da colheita;
- b) a indústria rural a domicílio que tem a vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe dá a condição de menores custos de produção e uso da força de trabalho familiar;
- c) oportunidades geradas por grandes indústrias que estabelecem suas explorações no interior, o que também dá acesso à família de pequenas propriedades ao trabalho complementar.

Visto o atual processo de organização e reorganização do espaço rural e a diversidade das atividades desenvolvidas, observa-se que este espaço e suas relações não se restringem mais somente as atividades agropecuárias.

Do ponto de vista da agricultura familiar, a heterogeneidade das atividades desenvolvidas no espaço rural se expressa na forma da pluriatividade, como analisa Silva (2003, p. 11), no projeto (RURBANO):

[...] já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelas atividades agropecuárias. Assim, por exemplo, o comportamento do emprego rural e principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas – tais como a prestação de

serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e mesmo atividades industriais – que respondem cada vez mais por outras dinâmicas populacionais no meio rural brasileiro.

A pluriatividade e o trabalho externo de membros da família, mesmo que estes não estejam ligados ao meio agrícola, não representam necessariamente a desagregação da agricultura familiar, mas constituem estratégias adotadas pelas famílias com o objetivo de viabilizar a manutenção de suas relações sociais e econômicas de trabalho e produção.

A estrutura e a dinâmica do setor rural atual fundamentam-se na rede de inter-relações da indústria de fornecimento para a agricultura, e posterior fornecimento da agricultura para a agroindústria, o que remete os produtores ao domínio do capital industrial e financeiro. O conceito chave por trás desse novo quadro de desenvolvimento da agricultura é o da integração de capitais, isto é, o processo de centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc. Por sua vez, estes se organizam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e ainda, empresas de responsabilidade limitada, todas integradas verticalmente. Vive-se a fase de constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) (SILVA, 2003).

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALOTINA

O processo de ocupação do território paranaense, segundo Serra (1991), é produto do deslocamento de três frentes pioneiras básicas. Destas, a mais antiga é a do “Paraná tradicional” que avançou do litoral para o planalto de Curitiba, e após, para as zonas dos campos gerais; a segunda “frente” é da região norte, impulsionada pela cafeicultura após a 1ª Grande Guerra; por último, a mais recente é a “frente” sudoeste, verificada em meados do século XX, tendo como base os migrantes procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

“O processo de ocupação do extremo oeste paranaense teve sua base fundamentada na proposta política de caráter nacionalista do período de Getúlio Vargas de 1930 a 1954” (FREITAG, 2001, p. 27).

A preocupação em relação à ocupação do território não se restringe apenas pelo período conhecido como era Vargas, mas neste período as ações de caráter nacionalistas e de ocupação de territórios, principalmente de fronteiras no caso do Paraná, foram mais contundentes. (FREITAG, 2001)

As ideologias políticas deste período resultaram em grandes ações de incentivo a migração interna, com intuito de controle do espaço geográfico da nação brasileira, fundamentada pelo Estado na necessidade da defesa contra os perigos visualizados pelos vazios demográficos³ e pela marcante presença estrangeira nesses espaços, este movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste.

Esta política migratória ocupacionista, conecta-se ao processo de ocupação territorial do extremo oeste paranaense. Por meio dos mais variados meios de propaganda, utilizando-se do *slogan* Marcha para o Oeste, se construiu a imagem da população marchando em direção à construção da unidade nacional.

A corrente migratória procedente do sul do país não ficou restrita ao sudoeste do Paraná; foi além do Rio Iguaçu e colonizou o território do extremo oeste paranaense, e nesse caso também o território do atual município de Palotina, *locus* de nossa pesquisa.

De acordo com Freitag (2001, p.82), a configuração deste espaço teve como característica a organização a partir dos interesses de cunho capitalista das companhias colonizadoras que se localizaram na região. O projeto de colonização objetivava a inserção da área na economia nacional, e a ocupação deste espaço fronteiro, para tal o projeto

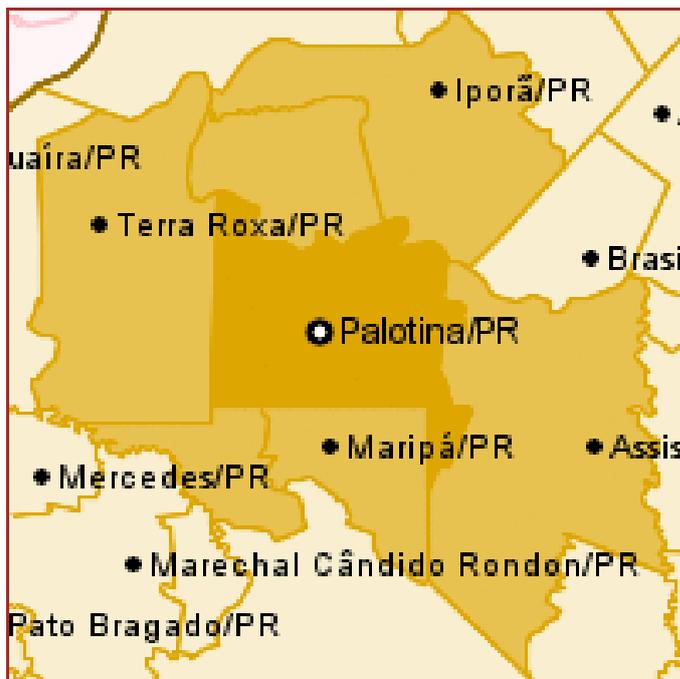
³ Ver: MOREIRA, Vânia M. L. **Vazios Demográficos ou Territórios Indígenas?**. Disponível em: <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio30.htm>. Acesso em: julho/2014.

fundamentou-se no estabelecimento neste território de descendentes de ítalos e teuto-brasileiros em pequenos lotes de terras destinados à agricultura. Analisando o contexto acima apresentado referente à colonização do extremo oeste paranaense, cabe a análise de que a ocupação e colonização do município de Palotina pode ser entendida como derivada do mesmo.

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E O MUNICÍPIO DE PALOTINA

O Município de Palotina localiza-se no Oeste do Estado do Paraná, microrregião de Toledo, Região Sul do Brasil, estando a 289 metros acima do nível do mar (altitude). Possui uma área de 65.100 hectares, conforme dados da Prefeitura Municipal de Palotina (1998). Limita-se: ao norte com os municípios de Iporã e Francisco Alves; ao sul com Maripá e Nova Santa Rosa; a leste com Assis Chateaubriand; e a oeste com Terra Roxa, como demonstra o mapa abaixo:

Figura 1 - Localização do município de Palotina



Fonte: IPARDES, 2013, p. 3.

Os lotes onde se situa cidade de Palotina atualmente foram de propriedade da Empresa Colonizadora “Pinho e Terra” Ltda. Empresa fundada em 1946, com sua sede instalada no município de Céu Azul Paraná, tendo como objetivo compra e venda de terra, extração e exportação e beneficiamento de madeiras.

A extensão de terras pertencente a Pinho e Terra no extremo oeste paranaense, foi adquirida por Rui Castro, um dos acionistas da empresa, em 1953 da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO). Esta área de terras era denominada Gleba Piquiry (REGINATO, 1979).

O processo de colonização iniciou um ano após a aquisição da área de 65.100 hectares de terras e assim deu origem ao espaço que compreende hoje o município de Palotina. O nome dado ao município resulta de uma homenagem dos diretores da Empresa para a Congregação dos Padres Palotinos, que desde o início da colonização mandaram para esta região um sacerdote para que pudesse assisti-los e acompanhar de perto o desenvolvimento da cidade desde que as primeiras casas foram construídas (REGINATO, 1979).

A homenagem proposta fez parte da estratégia montada pela Colonizadora Pinho e Terra para possibilitar a colonização. Freitag (2001, p. 112), cita que a colonizadora, entre outros corretores selecionados para a venda dos imóveis, valia-se dos serviços dos religiosos da Congregação dos Palotinos, para divulgar aos possíveis interessados a compra das novas áreas de terra.

A divulgação era principalmente direcionada aos colonos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e o “convite” geralmente era feito após a missa para que os interessados pudessem se reunir no salão paroquial. Por tais motivos Freitag (2001, p. 116), cita que “os Palotinos foram os principais incentivadores da colonização das terras que abrangem o atual município de Palotina”.

A forma de colonização e subdivisão dos lotes de terras da região de Palotina seguiu o modelo adotado pela Industrial Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ), para a colonização da Fazenda Britânia, localizado no Extremo Oeste Paranaense, com uma grande área de terra (aproximadamente 274.846 há) que pertencia a uma antiga obraje.

Em relação ao modelo de subdivisão dos lotes para colonização, observa-se que os mesmos após a divisão eram envoltos por subdivisões de chácaras, sendo que desta forma, devido ao grande número de pequenos lotes de terra foi impedida a criação de latifúndios na área colonizada (FREITAG, 2001).

O processo de colonização do extremo oeste paranaense pode ser visto como uma frente de ocupação direcionada, uma vez que foram selecionados trabalhadores rurais provenientes das antigas zonas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com pequenas propriedades, preferencialmente, descendentes de alemães e italianos, acostumados com a policultura, e com a agricultura de subsistência (FREITAG, 2001, p. 87).

Salienta-se que a política colonizadora adotada em Palotina denota a realização de um “duplo desejo”: fundar um núcleo colonial católico por parte dos trabalhos empreendidos pelos Palotinos e maximizar o lucro por parte da colonizadora por meio da venda de imóveis rurais para colonos com apego a terra, de bons antecedentes e da religião católica (FREITAG, 2001, p. 117). Tais características, além de propiciar uma ocupação efetiva e estável da região, proporcionariam com o trabalho destes colonos o crescimento e desenvolvimento da mesma.

A fundação do Município de Palotina ocorreu em 03 de setembro de 1953 e possui uma população, recenseada em 2010 (IBGE, 2014), de 28.683 habitantes, com densidade demográfica de 44,04 habitantes por quilômetro quadrado.

Após a sua fundação, teve rápido crescimento, que pode ser associado à dinâmica da nova frente de ocupação agrícola, bem como com a sua localização estratégica entre dois importantes pólos de colonização da região oeste do Paraná: Cascavel/Toledo e Guaíra (REGINATO, 1979, p. 67).

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS LIGADOS A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DE PALOTINA

Em 1953 iniciou-se a colonização de Palotina, pertencente ao território do Município de Guaíra. Sua topografia favorável e as terras férteis serviram de atrativos que aceleraram o processo da ocupação e exploração do solo, transformando o território apropriado rapidamente em distrito do Município de Guaíra.

Com a Lei Estadual n.º 3.212, de 24 de junho de 1957, a cidade de Palotina passou à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário de Guaíra, sendo que posteriormente pela Lei Estadual n.º 4.245, de 25 de julho de 1960, foi criado o Município de Palotina, já desmembrado do Município de Guaíra e do Município de Toledo (REGINATO, 1979, p. 140).

Após a emancipação do município de Palotina foram criados alguns distritos administrativos: o de Maripá, pela lei número 54, de 03 de março de 1964, e o de São Camilo, pela lei número 61, de 06 de março de 1964 e posteriormente o de Alto Santa Fé, pela lei número 131, de 22 de julho de 1966, e o de Pérola Independente, pela lei número 165, de 29 de maio de 1967. Atualmente, o distrito de Pérola Independente pertence ao município de Maripá e o de Alto Santa Fé ao município de Nova Santa Rosa.

O território palotinese, no período anterior a colonização era coberto pela mata tropical, dotada de grande variedade de espécies vegetais e de solos de alta fertilidade. Esta mata nativa passou a ser derrubada a partir do início da demarcação e divisão destas terras em propriedades que passaram a ser adquiridas pelos agricultores.

Assim, em Palotina, “a devastação da mata abriu espaço para a agricultura rotineira trazida pelos agricultores originários do Sul do Brasil. Praticavam-se culturas anuais de milho, feijão, trigo e soja e a criação de suínos” (TOMAZELLA, 2011, p.43).

Muitos foram os fatores que influíram no uso incorreto da terra, dos quais dois podem ser destacados: 1) a falta de orientação quanto à área a ser derrubada; 2) a insegurança na posse da terra que obrigava o agricultor a arrasar grande parte da mata de sua propriedade, para não correr o risco de perdê-la, devido à intromissão dos posseiros.

De acordo com Tomazella (2011, p.43), a origem dos povoadores influenciou diretamente a forma de desenvolvimento da agropecuária, que se seguiu a tradição do povo, sendo a maioria vinda da região sul do país, onde a suinocultura e o manuseio do gado leiteiro tinham significativa importância na vida econômica dos colonos. Tais atividades neste primeiro momento de abertura de lavoura e implantação das atividades agrícolas eram desempenhadas basicamente para a subsistência.

O processo de ocupação e a estruturação das novas unidades produtivas, acabaram direcionando a forma de trabalho e a escolha das atividades a serem desempenhadas de acordo as possibilidades da mão de obra da família, uma vez que o trabalho era basicamente manual, e a propriedade se encontrava em fase de “destoca”.

Segundo Tomazella (2011, p. 43-44), nesta primeira fase as principais culturas exploradas foram:

- a) milho: após a derrubada das matas, era uma das culturas mais plantadas, visando a alimentação dos suínos, que se constituía na principal fonte de renda do município. Voltada a este objetivo, a cultura do milho foi a mais importante da década dos anos sessenta;
- b) soja: trazida pelos agricultores vindos do Rio Grande do Sul, foi a segunda cultura de importância econômica. Por utilizarem variedades de baixo potencial produtivo e por ser explorada manualmente, a produção era pouco expressiva. A exemplo do milho, a soja tinha como finalidade principal a alimentação dos suínos, sendo fornecida aos animais na forma de forragem verde (cortada na fase de desenvolvimento vegetativo da cultura), e utilização do próprio grão;
- c) mandioca: constituía-se na terceira cultura de importância econômica. A produção era utilizada para o consumo humano, na criação de suínos e bovinos;
- d) as culturas de feijão, fumo, café e trigo, apresentaram pouca importância econômica no desenvolvimento inicial do município, sendo exceção o trigo, que juntamente com a soja na fase posterior, a da motomecanização, foi o grande propulsor do crescimento municipal;
- e)

hortelã (menta): a cultura de hortelã foi uma das opções que acompanharam o desbravamento municipal e regional, pois, exigia grande demanda de mão-de-obra. Nessa fase, o município alcançou a sua maior densidade demográfica. Foi o mais intenso movimento comercial e, conseqüentemente, registrou-se, o maior crescimento do município. A suinocultura acompanhou este ciclo que foi paralelo à corrida da mecanização agrícola.

A cultura da menta impulsionou processo de derrubada da mata e abertura da terra para plantio. O óleo da menta tinha comércio garantido na região, pois havia empresas que garantiam a compra deste óleo, (mediante compra antecipada), proporcionando ainda um acompanhamento técnico da produção. A extração do óleo realizada pelos proprietários de alambique da região criou uma relação de dependência dos pequenos produtores aos produtores maiores e/ou donos de alambiques (REGINATO, 1979).

Após este primeiro momento de preparo do solo e abertura de áreas de forma manual, e consolidação de moradias, inicia-se uma fase diferenciada, provocando mudanças na forma de produção e nas atividades agropecuárias da região.

Este segundo momento foi marcado pelo uso intensivo de tratores de esteira, destinados a efetuar a destoca da terra de forma mais rápida e eficiente. Este ciclo caracteriza-se pelo ingresso da mecanização nas áreas de produção agrícola do município, fomentado pelo início do uso de tratores e implementos para realização dos processos de produção, ficando este período conhecido como ciclo da soja e trigo.

3.3 A MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM PALOTINA

Na região de Palotina, até os anos de 1970, ainda que estivesse com um processo de ocupação e de uso da terra em torno de setenta por cento, as lavouras, pastagens e demais atividades eram executadas manualmente, com auxílio apenas da força animal na tração de arados, carroças e de algumas ferramentas de trabalho (REGINATO, 1979).

A partir da década de 70 o processo de mecanização teve maior impulso e incentivo. Um grande número de tratores de esteira intensificou o processo de destoca das matas para abertura de Lavouras e pastagens. Os agricultores receberam incentivos e acesso a crédito para destoca das matas da região, através do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), sendo os projetos elaborados pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) (REGINATO, 1979).

Depois de realizado o processo de destoca e preparação do solo, as boas condições topográficas do município propiciaram ao o meio rural palotinese à adoção da mecanização total da lavoura. Para Tomazella (2010, p.45):

A arrancada da produção da soja e de trigo em Palotina, teve suas origens nas condições excepcionais de clima, topografia e fertilidade natural do solo, que aliado à disponibilidade e facilidade de acesso ao crédito, quer seja na linha de investimento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas ou na linha de custeio financiando as lavouras, propiciaram um incremento extraordinário destas duas culturas. O binômio trigo e soja, além da perfeita adaptação entre as explorações, possibilitavam o aproveitamento do maquinário agrícola em épocas distintas.

Solos férteis, possibilidade de crédito, tecnologia disponível, novas opções de produção, com promessas de bons lucros, despertaram o interesse dos pequenos, médios e grandes produtores agrícolas. No biênio 1970 a 1972 os empréstimos disponibilizados pelo BRDE, a região de Palotina, constituíram a maior soma de recursos destinados por uma entidade creditícia a uma determinada região agrícola isoladamente (REGINATO, 1979).

Os principais produtos comercializados eram, a soja destinada à exportação, influenciada pela política brasileira para o setor, e o trigo, que tinha sua comercialização destinada ao mercado interno passando a movimentar os moinhos de trigo nacionais, gerando produção para o consumo interno e reduzindo assim a sua importação (TOMAZELLA, 2010).

Neste contexto de expansão da produção agrícola, fatores como a necessidade de organização da produção, acesso a tecnologia disponível, apoio as novas formas de produção e comercialização destas novas culturas (soja, trigo), assim como a indiscutível necessidade de armazenamento, foram elementos que alavancaram as atividades da Cooperativa Mista Agrícola de Palotina (CAMPAL), hoje C-Vale, que surgira alguns anos antes.

Esta rápida expansão da fronteira agrícola municipal, desencadeada principalmente pela alta fertilidade natural dos solos, trouxe inúmeros benefícios, como o fortalecimento do comércio local, melhoria da condição socioeconômica dos agricultores, aumento da produção e maior geração de emprego e renda (TOMAZELLA, 2010).

4 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA C.VALE

A C.Vale é uma cooperativa agroindustrial com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. De acordo com C.VALE (2013), a cooperativa possui 106 unidades de atendimento, mais de 13.700 mil associados e 5.600 funcionários. Hoje a Cooperativa realiza atividades de apoio à produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango e suínos, atuando ainda com prestação de serviços de assistência agrônômica e veterinária.

Em relação às atividades de apoio direto aos associados, além de manter os cooperados atualizados tecnologicamente, por meio de cursos, palestras, treinamentos e dias de campo, a C.Vale também financia a produção, garantindo crédito aos cooperados. A empresa comercializa insumos, peças e acessórios, revende máquinas agrícolas, produz semente de soja em Santa Catarina, e mantém uma rede de supermercados com oito lojas no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (CVALE, 2013).

No segmento industrial, a C.Vale produz amido modificado de mandioca e rações. Neste mesmo segmento, a cooperativa mantém um complexo avícola com capacidade de abate de 500 mil frangos/dia (CVALE, 2013).

4.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA C.VALE

A falta de locais para armazenar a produção, as dificuldades para o escoamento da safra e a ausência crédito e assistência técnica, levaram um grupo de 24 agricultores a fundar em 7 de novembro de 1963 a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda (Campal). Em 1969 aconteceu o início efetivo das atividades da cooperativa com o recebimento de trigo em armazém de um moinho de Palotina. Em 1970 teve início a construção do primeiro armazém da cooperativa, que ficou pronto no início do ano seguinte (CVALE, 2013).

O rápido crescimento da produção levou a Campal a iniciar a fase de estruturação física com a construção de unidades para recebimento de cereais no município de Palotina.

Com a divisão territorial da região oeste entre as cooperativas, a Campal expandiu-se para além das fronteiras de Palotina, o que levou os associados a modificar a razão social da empresa, em 1974, para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale). Dando continuidade ao processo de expansão da cooperativa, com objetivo de acompanhar a evolução das fronteiras agrícolas, em 1981, a Coopervale passou a atuar no Mato Grosso e, em 1984, no estado de Santa Catarina.

No início dos anos 90, a Coopervale passou a implantar um Plano de Modernização tendo o intuito de tornar a empresa mais competitiva, iniciava-se, para tanto, um conjunto de investimentos que buscavam agregar valores à produção primária.

O primeiro grande investimento desta nova fase da cooperativa foi a construção do complexo avícola C.Vale, que foi inaugurado em outubro de 1997. Este projeto visa o incentivo a produção de frango em escala, de tal forma que através do processo de integração seja possível a rastreabilidade da cadeia produtiva.

A cooperativa mantém um sistema informatizado que permite o acesso aos procedimentos utilizados para a produção de matéria prima (soja e milho), passando pela fabricação de ração, manejo e industrialização das aves (CVALE 2013). O processo de Modernização e Industrialização ampliou-se em 2002 com início das operações de uma amidonaria em Assis Chateaubriand.

Seguindo o projeto de modernização e visando representatividade e melhor repercussão da marca, em 21 de novembro de 2003 uma alteração estatutária mudou a razão social de Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale) para C.Vale - Cooperativa Agroindustrial.

Em janeiro de 2004 a C.Vale iniciou a duplicação do abatedouro de frangos e a construção da indústria de termoprocessados de aves, estas ampliações inauguradas no início de 2005 elevaram a capacidade de produção do complexo avícola.

Em 2009, um projeto de ampliação da área de atuação da cooperativa foi implantado, sendo que a C.Vale, em acordo com a Coopermibra, passou a operar as 19 unidades de recebimento de grãos desta cooperativa, passando assim a atuar no centro-oeste do Paraná.

4.2 COMPLEXO AVÍCOLA

A cooperativa possui um sistema de integração de ciclo completo e domina todos os processos produtivos, da alimentação à industrialização do frango. Essas condições permitiram que a C.Vale colocasse em prática um sistema de rastreabilidade capaz de monitorar e controlar todos os procedimentos ligados à avicultura, como o uso de agroquímicos nas lavouras, o fornecimento de medicamentos e o manejo dos frangos. Produtora da matéria-prima usada na fabricação de ração, a cooperativa tem condições de colocar no mercado o frango vegetariano, alimentado sem o uso de ingredientes de origem animal.

Os pintainhos são produzidos pela própria cooperativa, os ovos são produzidos em um matrizeiro situado em uma área de 1.400 hectares de reflorestamento de eucalipto, com acesso controlado. Os ovos produzidos no matrizeiro são transferidos ao incubatório onde a temperatura e a umidade são controladas, depois do processo de incubação e cuidados sanitários, os pintainhos são distribuídos aos produtores que fazem parte do sistema de integração.

Nas granjas as aves são alojadas em ambiente climatizado, com controle informatizado do fornecimento de água e alimentação, para que esteja garantido o bem-estar animal. Quando atingem o peso ideal, as aves são abatidas e processadas na unidade industrial da cooperativa.

4.3 EXPORTAÇÃO

A C.VALE industrializa mais de 150 tipos de cortes de frango, sendo estes exportados para aproximadamente 70 países e para a maioria dos estados brasileiros. Através de registros informatizados, o cliente pode obter dados sobre qualquer lote de produto que sai da indústria, informando-se desde a produção da matéria-prima como soja, milho e ração, passando pelo manejo e industrialização. A cooperativa está autorizada a exportar para os países que fazem parte da União Européia.

Principais destinos das exportações da cooperativa: África do Sul, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Aruba, Bélgica, Benin, Bulgária, Catar, China, Congo, Croácia, Curaçao, Dinamarca, Emirados Árabes, Espanha, França, Gabon, Ghana, Grenada, Guine Equatorial, Haiti, Holanda, Hong Kong, Ilha Dominica, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão, Kosovo, Kuwait, Macedônia, Ilhas Francesas, Montenegro, Omã, Paraguai, Filipinas, República Democrata do Congo, Romênia, Serra Leoa, Seychelles, Suécia, Suíça, Suriname, Venezuela, Vietnam, Antilhas Holandesas, Finlândia, Mauritânia, Grécia, Albânia, Marrocos, Malásia, Turquia, Jamaica, Moçambique, Ilhas Mayotte, Jordânia, Ilhas Bahrein, Libéria, Ilhas Reunião, Nova Caledônia, Srilanka, Uruguai, Portugal, Malta, Tanzânia, Chile, Dubai e Estônia.

4.4 UNIDADE PRODUTORA DE LEITÕES

Em 2003, a cooperativa em parceria com a Frimesa, implantou uma Unidade Produtora de Leitões (UPL). Neste segmento a unidade abriga 3.470 matrizes que produzem 1.600 leitões por semana, num total de 84.000 animais/ano. Os animais são entregues aos associados que fazem a engorda, sob-regime de integração e posteriormente os enviam para a industrialização.

4.5 BOVINOCULTURA DE LEITE

A C.Vale incentiva a produção de leite como alternativa de renda para seus associados. Desde 1983, a cooperativa mantém um Departamento Veterinário para orientar os pecuaristas sobre manejo e tecnologias que melhorem o desempenho da atividade. A produção de leite é entregue à Frimesa, empresa da qual a C.Vale é parceira, que o industrializa e comercializa.

4.6 ARMAZENAGEM

Os grãos produzidos são armazenados em locais com temperatura e aeração controladas. A C.Vale dispõe de 67 unidades de recebimento espalhadas pelos Estados do Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraguai que têm capacidade para armazenar 1.375.400 toneladas de grãos e 256.484 toneladas de insumos. Entre os principais produtos estão soja e milho, com mais de 2,5 milhões de toneladas recebidas em 2011.

4.7 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A C.Vale repassa aos associados informações sobre os principais avanços tecnológicos através de seus 150 colaboradores das áreas agrônômica e veterinária, e de trabalhos realizados em seus campos experimentais.

4.8 AVIAÇÃO AGRÍCOLA

A aviação agrícola segundo a cooperativa pode ser uma grande aliada do produtor. As vantagens desse serviço aparecem ainda mais quando se precisa agir com rapidez para controlar doenças como a ferrugem da soja, que se propaga com grande velocidade. A pulverização aérea também pode ser usada para aplicação de fungicidas e inseticidas para a cultura do milho. A cooperativa dispõe de seis aviões agrícolas, sendo três em operação no Paraná, dois no Mato Grosso e um no Mato Grosso do Sul. Nove técnicos coordenam as aplicações. Desde 1975, quando entrou em operação, a aviação agrícola da C.Vale já pulverizou mais de 2 milhões de hectares. A cooperativa possui oficina homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A frota da C.Vale presta serviços de aplicação de fungicidas, herbicidas, inseticidas, uréia, sulfato de amônia e semeadura de forrageiras como nabo e aveia.

4.9 CAMPO EXPERIMENTAL

Informações e tecnologias para melhorar o desempenho do agronegócio são apresentadas aos associados da C.Vale. Pesquisadores, representantes de empresas conveniadas e a equipe técnica da cooperativa repassam os resultados de seus trabalhos no Campo Experimental, em Palotina. Os produtores conhecem experimentos de soja, milho, trigo, sorgo, aveia, triticale, mandioca, girassol, algodão e forrageiras espalhados por uma área de 50 hectares.

4.10 PRODUÇÃO DE SEMENTES

As sementes de soja C.Vale são produzidas em regiões que apresentam condições ideais de clima e solo (Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes – SC, e Clevelândia – PR). Com isso, as sementes alcançam altos índices de vigor e germinação, o que assegura maior potencial produtivo. As sementes produzidas têm a garantia do certificado ISO 9001 no sistema de gestão da produção.

4.11 FORNECIMENTO AO ASSOCIADO

As unidades da C.Vale abastecem as propriedades dos associados com grande parte dos produtos necessários à atividade agrícola. A cooperativa fornece insumos (sementes, adubos e defensivos), máquinas, implementos, peças, acessórios e produtos veterinários.

Uma frota de 81 carretas da cooperativa movimenta cereais e outras mercadorias. A maior parte desses veículos faz o transporte de grãos entre as unidades da C.Vale e o Porto de Paranaguá.

C.Vale mantém uma rede com quatro lojas no Paraná (Assis Chateaubriand, Maripá, Palotina (Hipermercado) e Terra Roxa), duas no Mato Grosso (Diamantino e Nova Mutum) e duas no Mato Grosso do Sul (Naviraí e Caarapó).

4.12 POSTO COMBUSTÍVEL

Em 2011 a C.Vale começou a atuar em um novo segmento: combustível. Atendendo a todas as exigências legais e ambientais, a cooperativa construiu a sua primeira unidade em Palotina numa área de 21.500 m². Além de combustíveis, a estrutura conta com serviços de borracharia, lavagem de veículos e loja de conveniência.

5 A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS, AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de caso teve como base os associados da C.Vale, Cooperativa do ramo Agroindustrial localizada na Mesorregião Oeste do Paraná. A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de conceituar e diagnosticar aspectos relacionados ao cooperativismo e suas atribuições. Valeu-se da pesquisa de campo exploratória para coleta de dados quantitativos, mas, sobretudo qualitativos, gerados através de entrevistas semi-estruturadas com os associados da cooperativa em questão.

Para Gil (1987), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esta forma de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudo de caso, entre outros.

Por outro lado, para Richardson (1989), a abordagem qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Para o autor, tal abordagem é utilizada em situações complexas ou particulares (estudo de fatos do passado, análise de atitudes ou motivações). As pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevista.

Torna-se relevante destacar, que foi utilizada análise quantitativa para os dados passíveis de tabulação, e a análise descritiva dos dados, visando caracterizar o setor e buscado a interpretação das questões abertas do instrumento de pesquisa, bem como as falas dos entrevistados, uma vez que houve contato pessoal direto com todos os sujeitos pesquisados.

O objetivo da pesquisa centra-se na análise da capacidade de adaptação das unidades produtivas familiares a lógica da produção em escala e da agroindustrialização. Para tanto na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas a pequenas propriedades da agricultura familiar assim como em médias e grandes propriedades, visando à caracterização dos diferenciais produtivos e organizacionais de cada perfil de produção. O objetivo deste método de coleta de dados centra-se na possibilidade de identificação das divergentes formas de produção entre os atores entrevistados, assim identificando os aspectos diferenciais e as alternativas adotadas pela pequena propriedade para co-existir neste ambiente competitivo e excludente da agricultura.

5.2 AMOSTRAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As entrevistas foram realizadas com associados da Cooperativa C. Vale residentes em Palotina-Pr. Os associados em questão foram escolhidos de forma aleatória tomando como base os registros de produtores rurais junto à prefeitura municipal de Palotina, sendo que a mesma utiliza como referência a base de dados do IBGE. Segundo dados do IBGE relacionados ao Censo Agropecuário 2006, em Palotina existem 1421 unidades produtoras rurais, destas foram realizadas entrevistas em 28 unidades produtivas, subdivididas em pequenas e médias propriedades. Uma fração destas propriedades possui atividades ligadas ao processo agroindustrial de transformação da cooperativa, aves, suínos e leite, e de forma geral todos realizam atividade de produção de commodities de soja e milho.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso que tem como base de coleta de dados a realização de entrevistas *face to face* com os associados da Cooperativa C.Vale selecionados na amostra, tendo o intuito de através deste contato direto com os produtores representar e analisar os fenômenos pesquisados “in loco”. Com o objetivo de manter a legitimidade da pesquisa e a coerência dos dados coletados, foi mantido sigilo quanto ao nome dos associados que participaram das entrevistas.

Na primeira fase da investigação, que ocorreu fevereiro de 2014, foram realizadas visitas a algumas unidades produtoras para aplicação do modelo teste, para avaliação do método de pesquisa, e verificação da compreensão do modelo de entrevista, sendo necessárias algumas alterações na forma de condução das mesmas.

O questionário (Anexo I) serviu de referência nas entrevistas de aplicação do modelo teste de entrevista oral, neste primeiro contato o áudio desta entrevista estava sendo gravado, observou-se grande desconforto e embaraço dos produtores entrevistados a este método. Por tal motivo na segunda fase das entrevistas optou-se por um diálogo informal conduzido pelo mesmo questionário, mas sem que a mesma fosse gravada, cabendo ao entrevistador a anotação dos pontos chaves deste diálogo, que serviram de base ao estudo de caso.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 20 de abril e 18 de junho de 2014, sendo que em algumas propriedades foi necessário mais que uma visita, visto que muitos produtores não residem na unidade produtiva, de tal forma que mediante o fornecimento de um contato telefônico do proprietário foi agendada um dia e horário para uma segunda visita.

5.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

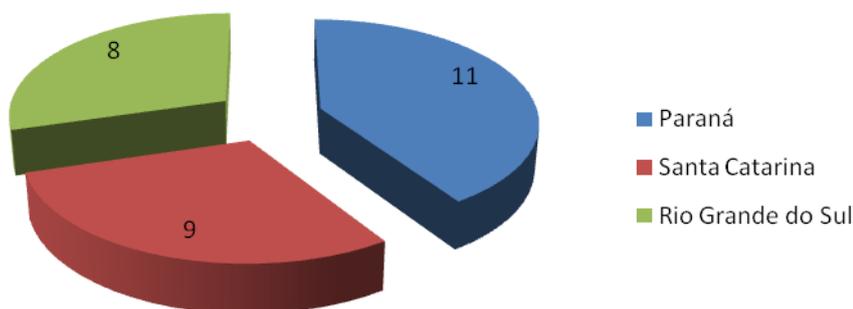
A análise que segue refere-se aos dados coletados com os agricultores selecionados para a pesquisa de campo. Os dados obtidos pela pesquisa foram armazenados no aplicativo Microsoft EXCEL 2007 e tabulados neste mesmo aplicativo, para que então fosse possível a extração dos dados, obtenção de índices e a construção dos gráficos que segue.

5.3.1 Caracterização da propriedade

De acordo com o Gráfico 1, pode-se observar que a origem dos agricultores entrevistados centra-se nos três estados da região Sul do Brasil. Observou-se na pesquisa que muitos dos atuais proprietários vieram com seus pais ainda pequenos para Palotina e aqui fixaram suas moradias e constituíram suas famílias.

A região de Palotina assim como o Oeste do Paraná, em sua fase de colonização, foi destino de famílias da região sul de São Paulo, mas como pode ser observado na amostra da pesquisa não foram identificados estes atores.

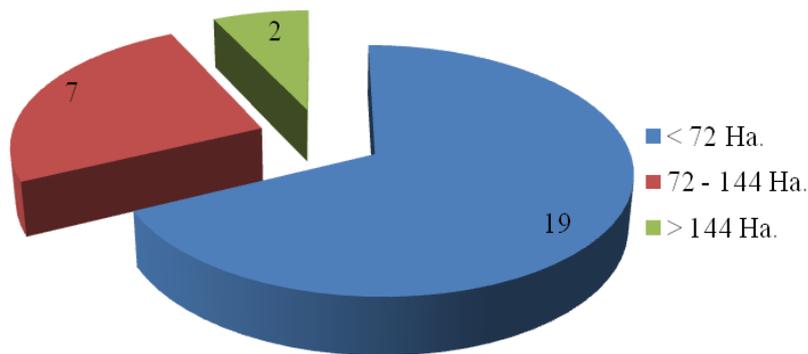
Gráfico 1 - Procedência dos Agricultores da Amostra



Fonte: Resultado da pesquisa.

De acordo ao caracterizado na metodologia, a pesquisa de campo não se direcionou somente a pequenas propriedades, foram visitadas também propriedades fora do contexto da Agricultura Familiar, visando uma maior abrangência da amostra possibilitando a construção de uma visão diferenciada da realidade pesquisada. A estrutura fundiária das propriedades entrevistadas é demonstrada no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Área das propriedades, em Hectares.



Fonte: Resultado da pesquisa.

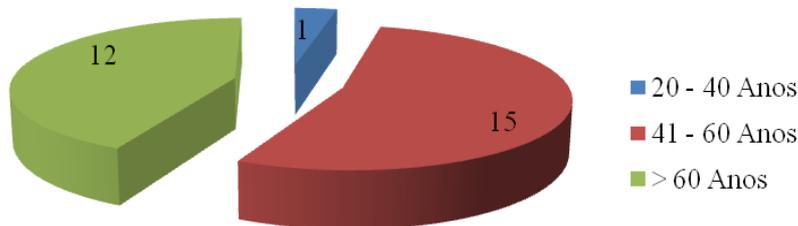
De acordo a classificação do INCRA (2014), os imóveis rurais se classificam quanto ao tamanho, sendo que a pequena propriedade é o imóvel que tem entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, a média propriedade está compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais e a grande propriedade trata-se do imóvel com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Considerando que o módulo fiscal para o município de Palotina, segundo classificação do INCRA, é de 18 hectares, as propriedades da amostra caracterizam-se em sua maioria, 68%, de pequenas propriedades.

5.3.2 Caracterização do proprietário e membros da família

Em relação à idade dos proprietários rurais, observa-se grande concentração da amostra nas faixas etárias superiores a 40 anos, caracterizando 96% da amostra. Esta análise evidencia a experiência do grupo em relação às atividades realizadas, mas também demonstra um desequilíbrio etário relacionado ao número de pessoas jovens a frente da exploração de atividades agropecuárias.

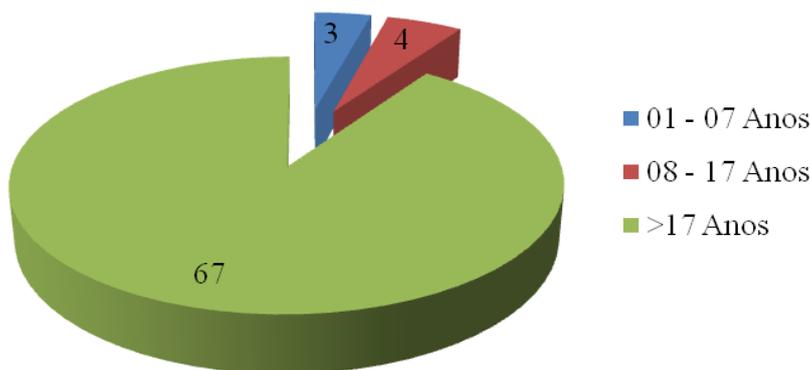
Gráfico 3 - Faixa etária dos proprietários entrevistados



Fonte: Resultado da pesquisa.

O baixo índice de jovens a frente das atividades agropecuárias não está associado à menoridade destes indivíduos, como pode ser observado nos dados de caracterização etária dos filhos dos proprietários rurais, demonstrada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Filhos dos proprietários por faixa etária

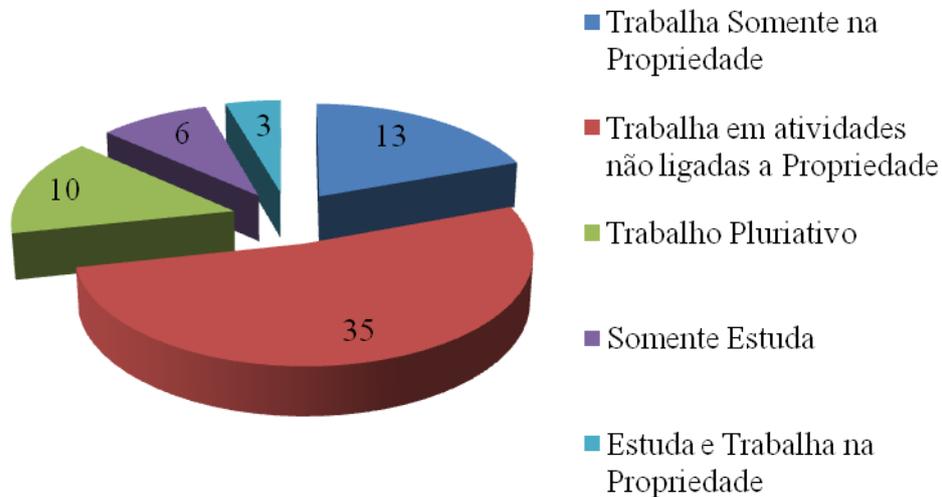


Fonte: Resultado da pesquisa.

Os filhos dos proprietários com 18 anos ou mais, são caracterizados por indivíduos que exercem distintas funções dentro ou fora da propriedade agrícola. Observa-se pelos dados da pesquisa que mesmo os filhos dos proprietários, em alguns casos, já terem constituído família e não morarem mais com os pais, os mesmos continuam trabalhando na propriedade e nas atividades ligadas a ela. Mas não como proprietários legais da unidade produtiva, nem responsáveis pela gestão e administração da mesma, que ainda está centralizada na base da família.

O Gráfico 5, demonstra a diversidade das atividades dos filhos dos proprietários rurais que se encontram em idade economicamente ativa.

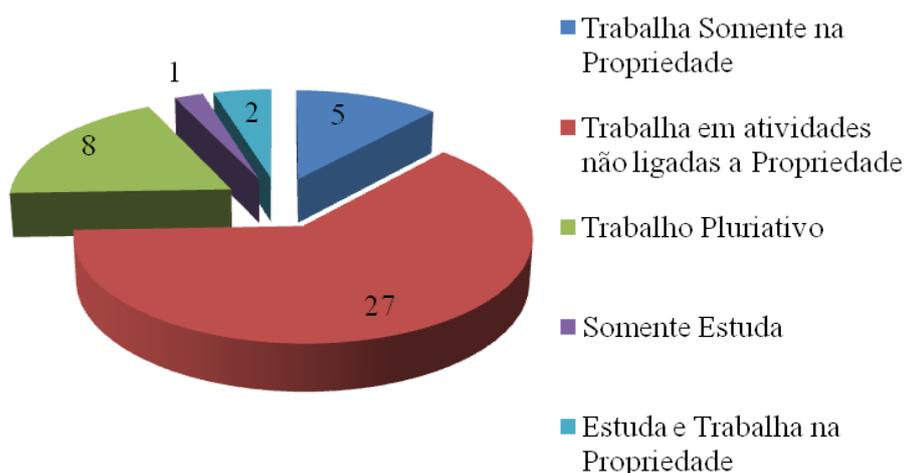
Gráfico 5 - Ocupação dos filhos



Fonte: Resultado da pesquisa.

Os dados do Gráfico 5, são dados totais da amostra, para uma melhor análise e comparação os Gráficos 6 e 7 caracterizarão a ocupação dos filhos dos proprietários estratificando os dados entre propriedades menores e maiores que 72 hectares, ou seja, pequenas propriedades e médias propriedades, dado que a amostra não captou dados de grandes propriedades, de acordo a classificação do INCRA.

Gráfico 6 - Ocupação dos filhos na pequena propriedade



Fonte: Resultado da pesquisa.

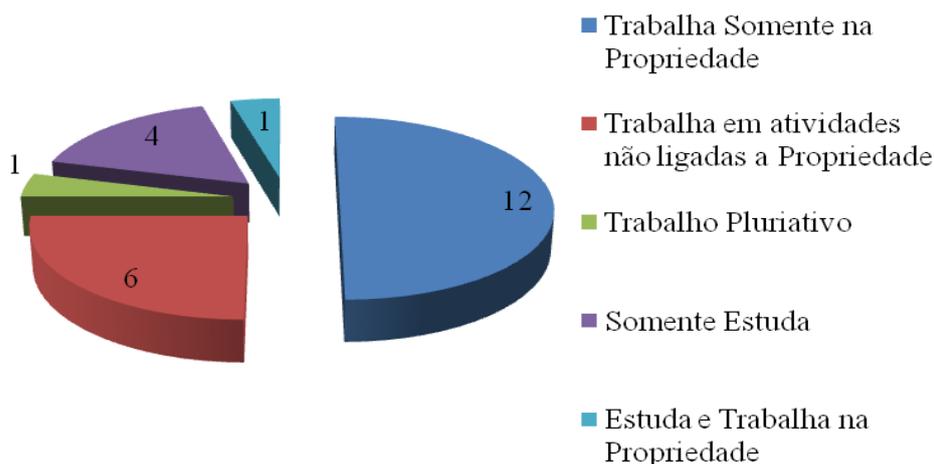
A mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada em grande parte a setores não ligados a unidade produtiva, como pode ser observado no Gráfico 6. Aliado a essa tendência, observa-se que o índice de trabalho pluriativo é superior na amostra das pequenas propriedades comparado a dos dados gerais.

Em relação ao índice de filhos que somente desempenham atividades no universo da propriedade familiar, observa-se que estes representam apenas 11% da amostra, característica que ratifica a tendência apresentada de uma lacuna etária no comando das unidades produtoras, visto que em grande parte das pequenas propriedades visitadas, as atividades das mesmas são realizadas pelo proprietário, esposa e por mão de obra terceirizada.

Essa tendência de permanência apenas do casal na formação do núcleo familiar e no desenvolvimento das atividades da propriedade, foi verificada em 36,84% das pequenas propriedades. Essa característica é resultado de basicamente dois fatores: O primeiro relaciona-se a saída dos filhos mais novos para estudo e trabalho em atividades não ligadas a propriedade, e o segundo relaciona-se a constituição de família pelos filhos mais velhos e busca de novas formas de renda, visto que a pequena unidade familiar não gera a rentabilidade necessária para o sustento de todos.

Evidenciou-se durante a pesquisa que muitas das pequenas unidades produtivas possuem ou já possuíram interesse na diversificação de atividades, ou no aumento de produtividade das atividades já realizadas na propriedade, mas segundo dados da pesquisa é fato que as mesmas não dispõem dos recursos necessários ao investimento e não possuem condições (capital, bens, garantias legais), que os possibilite acesso a linhas de crédito para investimento em tais atividades.

Gráfico 7 - Ocupação dos filhos na média propriedade



Fonte: Resultado da pesquisa.

As médias propriedades apresentam três características bem diferenciadas e relevantes para análise.

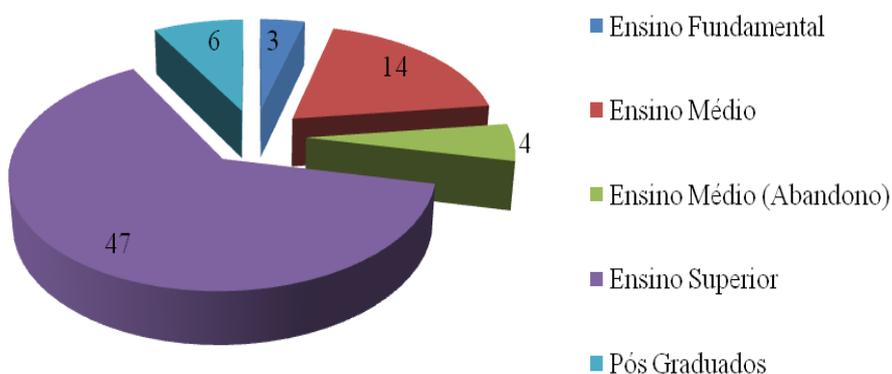
A primeira está relacionada à parcela de filhos que trabalham apenas nas atividades da propriedade, sendo que nesta amostra este número atinge os 50% como representada pelo gráfico 7. Este mesmo índice, na amostra das pequenas propriedades apresentadas no gráfico 6 representa aproximadamente 12%, caracterizando assim, que a viabilidade econômica da unidade produtiva é um fator determinante para manutenção da mão de obra da família nas atividades produtivas.

A segunda característica está relacionada à formação acadêmica, na amostra das pequenas propriedades, o índice de filhos que se dedicavam somente ao estudo foi de 2%, já na amostra relacionada às médias propriedades este número atinge 15%.

Estes valores concentram-se na idade escolar relacionada à faculdade, visto que na pequena propriedade a necessidade de trabalhar e estudar são proeminentes. Observou-se que na grande parte da amostra, a ocupação dos filhos que estão na faculdade está relacionada a atividades urbanas.

Os proprietários das unidades produtivas maiores (média propriedade), não evidenciaram em relação a seus filhos a necessidade destes trabalharem durante o período em que cursam a faculdade. Aliado a este fator, soma-se a tendência de parte dos filhos dos médios proprietários estudarem em cursos de período integral, característica não demonstrada nos dados das pequenas propriedades.

Gráfico 8 - Escolaridade dos filhos



Fonte: Resultado da pesquisa.

Os dados referentes ao nível de formação dos filhos dos produtores, não representaram dispersão que justificasse a apresentação dos mesmos separadamente, por tipo de propriedade.

Pode-se observar que existe a preocupação para que os filhos alcancem níveis educacionais superiores aos dos pais, visando à possibilidade de inserção no mercado de trabalho através de outras atividades e/ou profissões, por meio da qualificação, não alicerçando assim as possibilidades dos mesmos somente a atividade agrícola.

Todos os filhos em idade escolar encontram-se nos respectivos níveis de ensino, com exceção dos 6% da amostra que deixaram os estudos logo após concluírem o ensino médio. Esta situação é referente a uma média propriedade, que por necessidade de mão de obra em um período específico, levou os filhos a se afastarem dos estudos, com o intuito de retornar depois de algum tempo, mas isso não ocorreu.

5.3.3 As unidades produtivas e a relação com a Cooperativa C.Vale

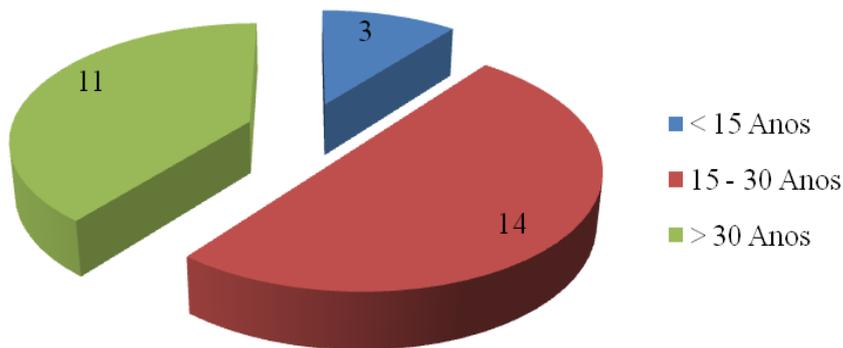
Segundo Reginato (1979), o cooperativismo em Palotina surgiu por motivação de alguns agricultores que já conheciam as práticas cooperativas de outras regiões. Estes agricultores buscavam maior segurança para comercialização dos grãos que produziam, visto a existência de muitas empresas fantasmas comprando a produção da região. Após a constituição da cooperativa, nos primeiros anos a mesma realizava apenas a comercialização de insumos para lavoura, medicamentos e demais produtos para a atividade de suinocultura.

A partir de 1969, com apoio financeiro externo, a cooperativa iniciou o recebimento de trigo em Palotina, e passou a captar recursos para investimentos em infraestrutura e financiamento da produção de seus associados. Estes fatores foram grandes motivadores para o aumento do número de sócios nos anos posteriores. Situação que explica o grande volume de associados com mais de 30 anos de cooperação.

Em 1990 com a decisão de implantação do plano de modernização da cooperativa, uma nova motivação foi dada aos produtores que buscavam o cooperativismo. Este plano de modernização tinha como base central a implantação do Abatedouro de Aves, com previsão para início de abate em 1997. O que novamente foi um impulso a busca pela associação visando à oportunidade de acesso a nova atividade.

Os dados da pesquisa referentes ao tempo de associação dos produtores entrevistados podem ser visualizados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Tempo de associação à Cooperativa C.Vale



Fonte: Resultado da pesquisa.

Mesmo com as decisões recentes da cooperativa em seu plano de modernização, que impulsionaram a associação de novos membros, torna-se relevante a análise da grande concentração de produtores com tempo de associação superior a 30 anos, demonstrando a elevada faixa etária dos associados entrevistados, assim como o menor interesse a associação dos produtores mais jovens.

5.3.4 A produção integrada e posicionamento das unidades produtivas em relação à mesma

O processo de agroindustrialização da produção tem como objetivo a industrialização da matéria-prima pela cooperativa, buscando desta forma agregar valor a este produto primário, visando o aumento da rentabilidade das atividades agropecuárias. Além de maior valor agregado, o aumento da receita de produção resultado do volume de comercialização da instituição ser mais representativo do que a comercialização individual dos associados.

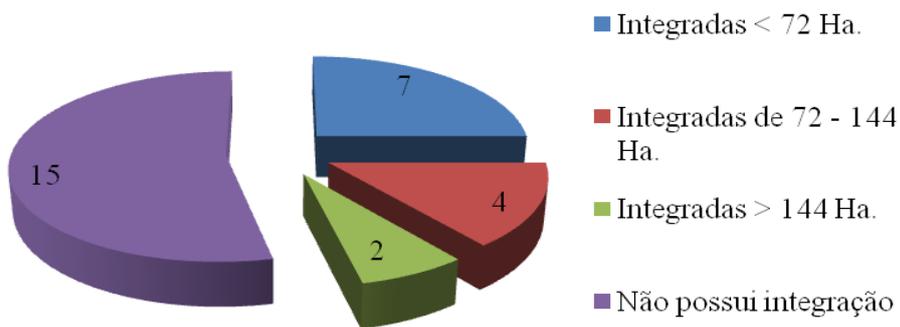
O processo de integração via organizações cooperativas, se bem gerido, com foco na agregação de valor e visando uma melhor rentabilidade das atividades, gera uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades entre os seus associados.

Para tanto se buscou na pesquisa a caracterização dos processos de integração produtiva oportunizados pela cooperativa C.Vale. Na atualidade a cooperativa oferece os sócios via processo de integração produtiva, (mediante adequação as normas estabelecidas pela integradora) o acesso à produção de Aves de Corte para industrialização no Complexo

Avícola C.Vale, produção de leitões e engorda de suínos para abate, assim como produção de leite para industrialização, ambos em parceria com a Cooperativa Frimesa.⁴

Visado à caracterização do processo de integração da cooperativa, buscaram-se algumas análises. No Gráfico 10, pode-se observar a caracterização das propriedades em relação à integração de processos produtivos, e a estratificação fundiária das unidades integradas a Cooperativa C.Vale.

Gráfico 10 - Organização produtiva e classificação fundiária das propriedades integradas



Fonte: Resultado da pesquisa.

Observa-se maior número de propriedades integradas com área inferior a 72 hectares, este fenômeno é resultado da maior concentração de pequenas propriedades na amostra da pesquisa, como pode ser visualizado do Gráfico 2, as mesmas somam aproximadamente 68% do total.

Em relação às atividades integradas das pequenas propriedades, verificou-se maior presença da atividade de bovinocultura leiteira. Esta maior concentração é derivada do menor investimento necessário para implantação, além do tradicionalismo dos associados em tal atividade, a possibilidade de execução em pequena escala e a utilização da mão de obra familiar para desempenho da mesma.

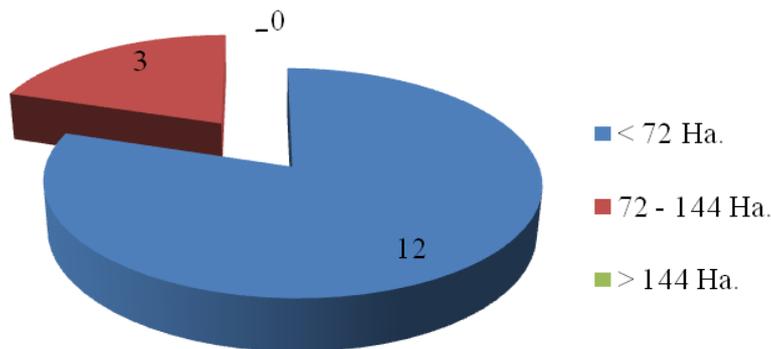
O maior número de pequenas propriedades representa uma constatação em relação à classificação fundiária do município de Palotina como um todo, visto que como fundamentado na pesquisa bibliográfica, a delimitação das terras desta região foi realizada de

⁴ Segundo informações da Frimesa, as cooperativas da região oeste procuraram as lideranças da Sudcoop com uma proposta de compra da massa falida do Frigorífico Medianeira S/A. Uniram-se Coagro (Capanema), Cotrefal, hoje Lar (Medianeira), Copagrill (Marechal Cândido Rondon) a extinta Coopagro, atual Primato (Toledo), Copacol (Cafelândia) e C.Vale (Palotina), para fundar a atual Frimesa. Disponível em : http://www.frimesa.com.br/br/frimesa_apresentacao.php

tal forma que privilegiasse a ocupação pela pequena propriedade, o que pode ser visualizado até os dias atuais.

O grande número de propriedades que não possuem atividades integradas à cooperativa, aproximadamente 54% da amostra, tem seus dados estratificados por área no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Classificação fundiária das propriedades não integradas a C.Vale



Fonte: Resultado da pesquisa.

As pequenas propriedades representam a maioria das unidades produtivas que não possuem atividades integradas a cooperativa C.Vale. De acordo a pesquisa esta tendência é resultante de basicamente três pontos primordiais:

O primeiro relaciona-se ao alto valor de investimento inicial destas atividades (principalmente na atividade de Avicultura), sendo que o mesmo não é financiado pela cooperativa, ficando o produtor submetido às exigências e taxas de juros das instituições financeiras.

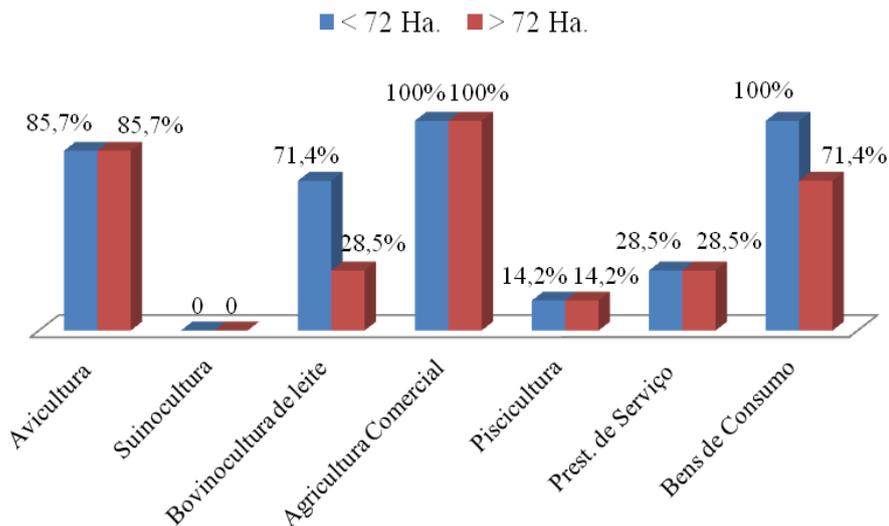
O segundo refere-se à disponibilidade de mão de obra, que nas pequenas propriedades encontra-se direcionada primordialmente as atividades não ligadas à unidade produtiva. Ao serem questionados em relação à contratação de mão de obra temporária ou algum tipo de terceirização do trabalho relacionado às atividades integradas, os produtores enfatizaram que mesmo sendo atividades de produção em escala, a tendência a proporcionar reduzidas margens de lucro, inviabilizam a utilização de mão de obra externa a propriedade, sendo que para tanto, seria necessária a implantação de vários aviários, grandes granjas de suínos, assim como, um grande rebanho leiteiro, o que inviabilizaria ainda mais o investimento inicial das atividades.

O terceiro relaciona-se as exigências ambientais para a implantação de tais atividades, como sublinha Zilli (2003), “a produção intensiva de animais, em algumas áreas, pode ser

desestimulada devido à relevância da questão ambiental imposta aos produtores, ainda que seja economicamente viável”.

As unidades produtivas que possuem integração com cooperativa C.Vale, exercem em sua totalidade outras atividades não integradas, como se pode visualizar no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Atividades produtivas realizadas nas propriedades da amostra integradas a C.Vale



Fonte: Resultado da pesquisa.

A atividade de agricultura comercial está presente em todas as propriedades integradas, demonstrando assim a relevância da mesma para a formação da renda dessas unidades produtivas, sejam elas de pequeno ou médio porte. Evidencia-se desta forma, que a produção de *commodities*, mesmo proporcionando reduzidas margens aos pequenos proprietários, não cedeu espaço a outras atividades produtivas.

O índice de propriedades de pequeno porte, que possuem pecuária leiteira integrada à cooperativa, é superior ao das médias propriedades. Este fenômeno é resultado, primeiro pela necessidade da compra a prazo dos insumos relacionados à produção, visto que, para produtores integrados a cooperativa, é criada a chamada “conta leite”, no qual o produtor adquire os produtos necessários à atividade em determinado período e estes são descontados da remuneração da atividade no mês subsequente, e o segundo fator relaciona-se ao uso de mão de obra familiar e menor investimento inicial da atividade, se comparado à avicultura e suinocultura.

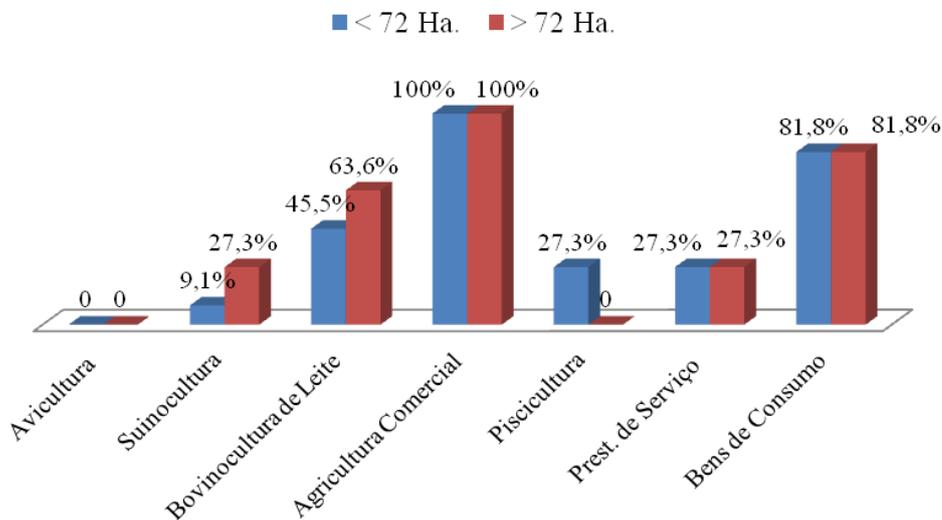
Em contrapartida, evidencia-se na amostra a tendência de menor investimento da média propriedade na atividade de pecuária leiteira integrada, característica derivada de dois

fatores: O primeiro relaciona-se ao grande dispêndio com mão de obra necessária para atividade em contrapartida da rentabilidade da mesma, via integração. O segundo constitui-se, pela sazonalidade do mercado de laticínios, o que torna a atividade suscetível às flutuações do mercado, visto que a integração produtiva, da forma que é realizada pela integradora, não garante um preço mínimo pago ao produtor.

Observa-se ainda a realização das atividades de piscicultura, não integrada, prestação de serviços e a produção de bens de consumo, visando à diversificação produtiva.

As unidades produtivas da amostra que não possuem integração produtiva com a cooperativa C.Vale, também buscam a diversificação de atividades como pode ser visualizado no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Atividades produtivas realizadas nas propriedades da amostra que não possuem integração de produção



Fonte: Resultado da pesquisa.

Em relação ao total de pequenas propriedades da amostra (22 propriedades), 15 (quinze) destas não possuem atividades integradas a cooperativa C.Vale. De acordo com a análise do Gráfico 13p-, pode-se observar que assim como nas propriedades integradas nas não integradas a agricultura comercial é determinante para a formação da renda dessas unidades produtivas, sejam elas de pequeno ou médio porte.

A atividade leiteira ao contrário do modo de produção integrada, agora é mais presente nas médias propriedades, tendência justificada pela falta de segurança em relação à rentabilidade da atividade no modelo integrado. Sendo que devido a maior capacidade de

investimento das médias propriedades, a atividade torna-se mais rentável fora do processo de integração.

De acordo com os médios produtores entrevistados, o preço do litro de leite pago ao produtor pelos laticínios particulares, para uma quantidade de produção acima de 200 l/dia, é superior ao da integração. Aliado a este fator soma-se o menor controle, fora da integração, sobre as técnicas de manejo dos animais, infraestrutura produtiva, armazenamento da produção, estrutura de ordenha, e diferenciação de produto.⁵

Em relação à produção de suínos, observou-se que mesmo a cooperativa oportunizando a possibilidade de integração desta atividade, a mesma é realizada de forma autônoma pelas propriedades, sendo justificada pela dificuldade de adequação das estruturas produtivas já existentes ao padrão das instalações exigidas pela integradora, aliado a baixa remuneração da mesma.

Nas pequenas propriedades, a diversificação das atividades é limitada a mão de obra familiar disponível, observou-se que além da atividade de produção de soja e milho, as pequenas propriedades realizam uma ou no máximo duas atividades complementares. (suínos, peixes, leite, bens de consumo/venda do excedente).

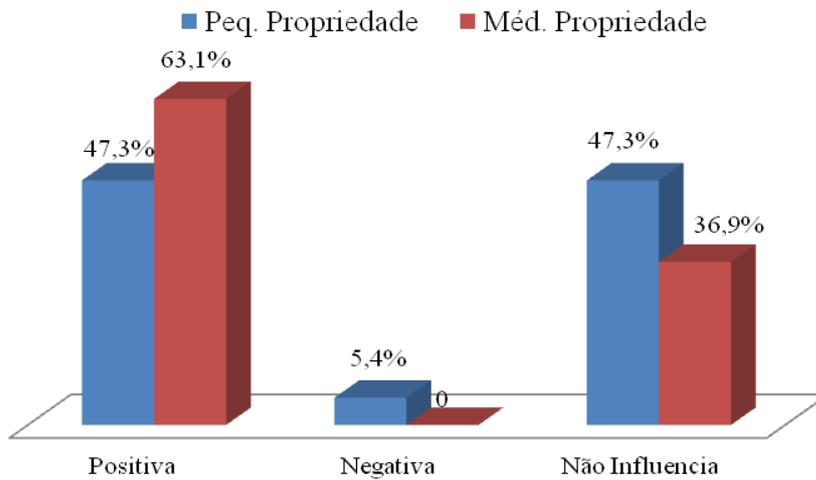
A atividade de prestação de serviço centra-se nos serviços de plantio, aplicação de defensivos, colheita e demais relacionados. Este assunto será tratado ao analisarmos a formação da renda das unidades produtivas.

5.3.5 A agroindustrialização e a sua influência na renda das propriedades

O processo de integração produtiva via cooperativismo objetiva proporcionar alternativas de diversificação e renda as propriedades rurais, neste sentido verificou-se a percepção dos associados à cooperativa C.Vale em relação a agroindustrialização.

⁵ Na produção integrada, de acordo com os produtores, além dos testes de qualidade do produto (leite), é analisado o índice de gordura e outros fatores que determinam a classificação do mesmo quanto as normas estabelecidas pela empresa processadora, tendo em vista o segmento de mercado e para que fim o produto será direcionado, sendo o produtor penalizado no preço/litro caso este não atinja os níveis pré-estabelecidos.

Gráfico 14 - Influência da integração produtiva em relação à melhoria das atividades e da renda das propriedades via cooperativismo



Fonte: Resultado da pesquisa.

Observa-se pela amostra, que a melhora da rentabilidade das propriedades é mais perceptível pelo grupo de agricultores com propriedades de médio porte, sendo que na pequena propriedade, o grupo se divide entre os que perceberam alguma melhoria nas atividades e na renda e os que não observaram nenhuma mudança nas suas unidades produtivas.

A influência negativa na renda da pequena propriedade observada no gráfico 14 é caracterizada por um agricultor que observou a diminuição da rentabilidade da propriedade após a integração de produção, este cita que, para manter-se na atividade integrada foi necessária a venda de parte de sua propriedade. Cita que, hoje não tem como abandonar a atividade integrada, devido ao baixo valor de venda da estrutura atual de produção⁶, citando que a mesma hoje, não gera o valor necessário para a quitação do financiamento no banco.

Corroborando com a análise de que a atividade integrada de forma geral torna-se mais rentável na média propriedade, pode-se citar em relação ao número de aviários presentes na amostra, aproximadamente 60% das granjas estão localizadas nas médias propriedades, visto que estas representam apenas 32% da amostra, gerando uma concentração de 2,55 aviários por propriedade. Nas pequenas propriedades esta concentração cai para 0,79 aviário por propriedade.

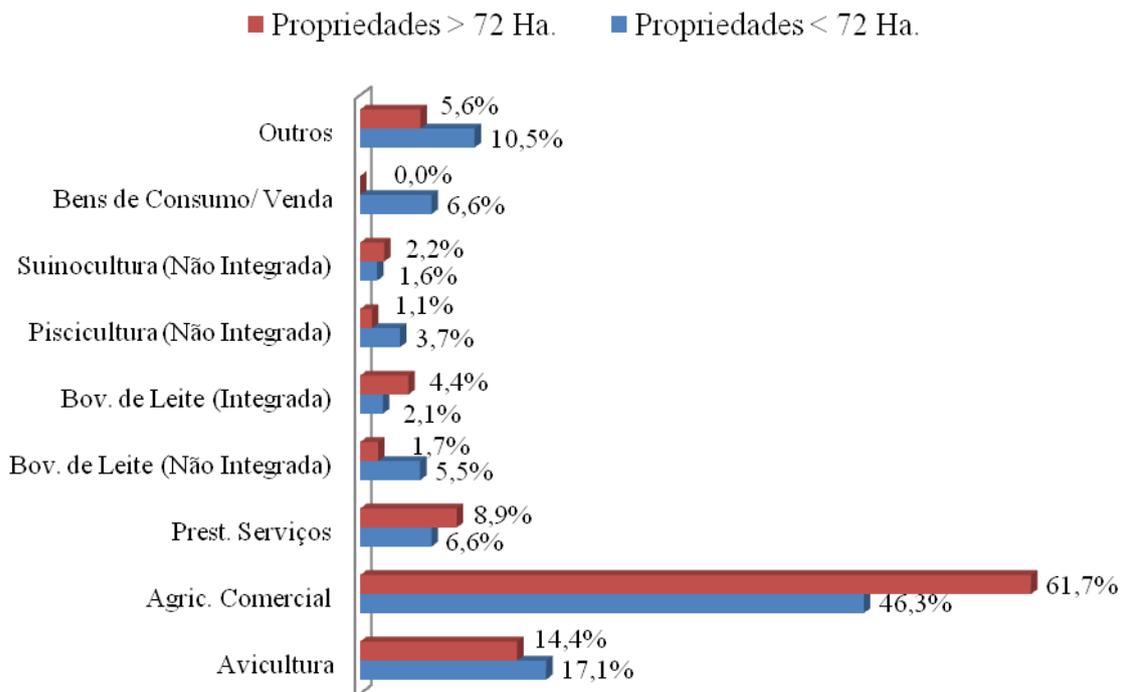
⁶ Durante as entrevistas evidenciou tanto nos pequenos proprietários como para os produtores mais capitalizados, o descontentamento em relação ao investimento em um bem específico (aviário) caracterizado pelo baixo valor residual e o alto custo de manutenção da estrutura produtiva.

Evidenciou-se na pesquisa, a falta de interesse da empresa integradora em relação à elaboração de um estudo de viabilidade econômica das atividades integradas, visando à obtenção de índices de escala mínima de produção, rentabilidade das atividades, capacidade de investimento das propriedades e demais informações básicas necessárias e imprescindíveis a qualquer interessado a ingressar em tais atividades produtivas.

Torna-se relevante ressaltar, que os dados em relação à rentabilidade e influência do processo de integração, são de acordo as informações fornecidas pelos associados. Sendo que durante a pesquisa poucas foram as propriedades visitadas que possuíam algum *software* de gestão financeira e de produção, ou alguma forma similar de controle financeiro e/ou das atividades produtivas. Reconhece-se então que os dados utilizados podem ser aproximados.

Ainda no que se relaciona a renda, o Gráfico 15, demonstra a participação de cada atividade produtiva na constituição da renda das propriedades entrevistadas, estratificado-as em pequenas e médias unidades produtivas.

Gráfico 15 - Formação da renda das propriedades entrevistadas



Fonte: Resultado da pesquisa.

A agricultura comercial ainda é a atividade que mais gera renda, sendo mais significativa nas médias propriedades. As principais culturas desenvolvidas nesta atividade são os grãos, especialmente as *commodities* de soja, milho e trigo. Nas propriedades que realizam atividade de bovinocultura de leite paralela à agricultura, esta serve de complemento à

atividade leiteira, visto que no inverno, parte da cultura de milho é utilizada para produção de silagem visando à alimentação do rebanho.

Observa-se que nas pequenas propriedades, a agricultura comercial representa menos da metade dos rendimentos da unidade produtiva, demonstrando desta forma uma maior diversificação das atividades e da formação da renda nesta classificação fundiária, como também, os maiores custos operacionais da atividade agrícola na pequena propriedade se comparado os da média propriedade. Fenômeno explicado pela relação inversa entre escala de produção e custos.

A avicultura de corte é a segunda maior formadora de renda das pequenas e médias propriedades, em relação a este dado é relevante analisarmos que na pequena propriedade devido à sua menor área de plantio, as atividades de produção de grãos, têm suas margens prejudicadas, sendo a avicultura uma via alternativa.

Identificou-se na pesquisa a indignação dos pequenos produtores no que se relaciona a inviabilidade da atividade avícola, visto que segundo os mesmos, tal atividade não gera a remuneração necessária à quitação dos financiamentos adquiridos para implantação das granjas. Ainda segundo os produtores as pequenas propriedades que conseguem se inserir no contexto da avicultura de corte integrada, afirmam ainda que após a quitação do financiamento referente à implantação da atividade, suas unidades produtivas tem a lucratividade elevada, se feita uma análise em longo prazo.

Foram identificadas na amostra, unidades produtivas com área inferior a 10 alqueires que possuem integração avícola. Estes produtores optaram por vender parte de suas propriedades para investir na avicultura de corte, via integração cooperativa. Segundo os mesmos, esta atividade é menos suscetível às variações climáticas, proporcionando maior estabilidade de renda à propriedade.

Os recursos previdenciários, a venda de mão de obra em períodos de safra, e as atividades pluriativas desempenhadas, somam 10,5% dos rendimentos das unidades produtivas.

A prestação de serviços é aqui caracterizada por uma atividade complementar a renda das unidades agropecuárias, sendo importante para a manutenção da rentabilidade e competitividade das mesmas. Esta atividade está especialmente ligada aos serviços de máquinas, prestados na atividade agrícola, visando à produção de *commodities*.

O processo de modernização e tecnificação da agricultura transformaram drasticamente as técnicas de produção e o trabalho na lavoura. Vive-se no momento da

agricultura tecnológica, com técnicas de precisão em adubação e correção do solo. Massificou-se o uso de sementes de alto valor agregado, necessitando técnicas de plantio que possam extrair ao máximo o seu potencial produtivo.

As aplicações de agrotóxicos obedecem a parâmetros ambientais, visando à preservação da fauna e flora, a tecnologia de aplicação influencia diretamente na qualidade da aplicação realizada, o que repercute diretamente em custos.

Na colheita, a utilização de colhedoras automotrizes modernas, proporciona o aproveitamento máximo da produção, sem desperdícios do produto acabado, e em tempo hábil, visando à garantia de qualidade do produto final.

Para tanto, são necessários investimentos em maquinários, o que inviabilizaria as pequenas unidades produtivas. Neste contexto é que surge o mercado de prestação de serviços agrícolas, via terceirização de processos produtivos, proporcionando aumento de renda às propriedades que possuem os maquinários e os utilizam para prestação de serviços as unidades produtivas que terceirizam tais processos.

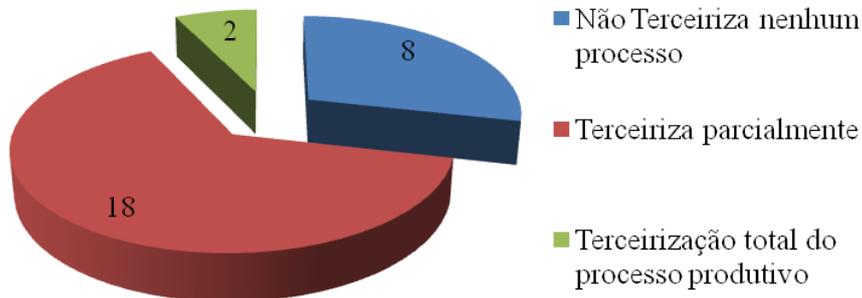
As pequenas propriedades buscam via terceirização de processos produtivos, a inserção no mercado de produção de *commodities*. Neste contexto a terceirização surge como alternativa a dois fatores primordiais:

O primeiro relaciona-se a inviabilidade de investimento da pequena propriedade na atividade agrícola. A produção de grãos, pós-modernização da agricultura, está ligada ao grande uso de máquinas de alto valor agregado, que se viabilizam somente em grandes áreas de produção, sendo que a pequena propriedade ficaria totalmente alheia a este processo caso não terceirizasse, ainda que parcialmente, as suas atividades produtivas.

O segundo centra-se na questão da mão de obra. Como já caracterizado no Gráfico 6, os filhos dos pequenos produtores exercem as mais distintas ocupações, sendo que apenas 11% dos mesmos dedicam-se em tempo integral as atividades da propriedade, e aliado a este dado observou-se no Gráfico 3, que 43% dos proprietários entrevistados possuem idade superior a 60 anos. Neste caso a terceirização foi a alternativa encontrada pelos produtores para manterem ativa a atividade agrícola em suas propriedades.

Este cenário é bem representado pelo Gráfico 16, onde se observa que aproximadamente 71% das propriedades entrevistadas terceirizam no mínimo uma parte de seus processos produtivos, e em torno de 29% das propriedades não terceirizam nenhuma atividade. Torna-se relevante observar que a parcela da amostra que não terceiriza nenhum processo produtivo é relativa a médias propriedades que possuem todo o aparato tecnológico necessário à produção.

Gráfico 16 - Condição das propriedades em relação à terceirização de processos produtivos



Fonte: Resultado da pesquisa.

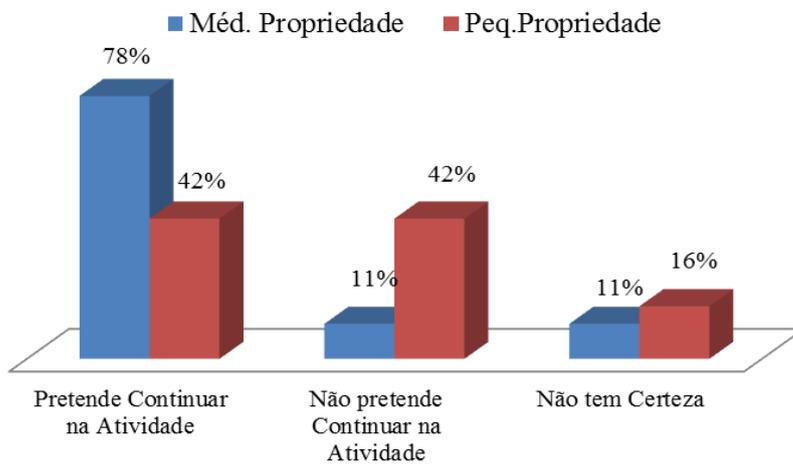
A terceirização é caracterizada pelos pequenos produtores, como uma alternativa para manutenção da atividade agrícola, uma vez que os permite acesso as novas tecnologias de produção sem investimento em compra de maquinários, mas a mesma acaba gerando custos adicionais a atividade no curto prazo.

5.3.6 A continuidade das atividades agrícolas

O grupo de produtores entrevistados foi questionado sobre a continuidade das atividades e da unidade produtiva, a maioria manifestou o desejo de que seus filhos dessem continuidade nas atividades desenvolvidas por eles.

Mas quando direcionada esta questão para os filhos (quando presentes), ou mesmo questionando os pais em relação à pretensão de seus filhos quanto à permanência na propriedade, chegou-se aos dados expostos no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Pretensão de no mínimo um dos filhos continuar na atividade agropecuária



Fonte: Resultado da pesquisa.

A pluriatividade das pequenas propriedades, assim como o maior número de pessoas que trabalham em atividades fora do contexto agrícola, encaminha a pequena propriedade a um quadro de falta de mão de obra, e ao envelhecimento de sua base produtiva.

Evidenciou-se na pesquisa, que este fenômeno é agravado pela incapacidade das alternativas propostas pelo cooperativismo fomentar uma alternativa para a agricultura familiar, evidenciando a aproximação destas instituições aos padrões excludentes do atual mercado de *commodities* e da produção em escala.

Nas médias propriedades, devido ao ganho de escala, maior capacidade de investimento e maior rentabilidade das mesmas, a tendência de pelo menos um membro da família continuar na atividade agrícola é bastante promissora.

Este panorama merece destaque e relevância nas propostas de incentivo a pequena propriedade, buscando de fato alternativas de manutenção de sua rentabilidade e de suas atividades, dada a importância da agricultura familiar para a economia do País.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar, a partir dos associados da Cooperativa C.Vale do Município de Palotina, se estes associados e suas propriedades rurais conseguem se adequar ao modelo de produção agroindustrial/cooperativo.

Para tanto, partiu-se da hipótese de que produtores com maior capacidade de investimento, muitas vezes resultante da posse de propriedades maiores, possuem uma maior capacidade de adaptação ao processo de agroindustrialização via integração produtiva.

A premissa fundamental do estudo centrou-se na análise da formação familiar, no comportamento associativo, na formação da renda e na configuração do espaço produtivo das unidades de produção associadas à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná.

Para que tal proposta fosse atingida, foi necessária a análise da problemática que norteia tais questões, das necessidades dos produtores e das propriedades em relação à inserção produtiva no modelo de produção agroexportador, bem como a percepção dos produtores em relação ao comportamento da cooperativa como instituição de fomento a agroindustrialização e modernização da agricultura.

Para tanto, se utilizou de literatura especializada em relação ao tema para construção da base teórica do estudo, e de pesquisa de campo, via estudo de caso, para caracterização e análise das unidades produtivas e de seu comportamento em relação aos objetivos da pesquisa.

A partir destas premissas, contextualizou-se a agricultura familiar de Palotina, originária do processo da migração para nova fronteira agrícola, que deslocou unidades familiares de produção do espaço agrícola do sul do Brasil. Ao realizar a pesquisa de campo, foram identificados alguns resultados que chamam a atenção, principalmente ao que se refere à reorganização da estrutura familiar e produtiva, especialmente quando relacionadas às atividades desenvolvidas na unidade agrária.

A classificação fundiária das propriedades entrevistadas demonstra grande concentração (68%) de unidades produtivas com área inferior a 72 hectares, sendo que de acordo com INCRA (2014) estas são classificadas como pequenas propriedades. Estes núcleos produtivos são constituídos predominantemente pelo agricultor proprietário residente na unidade produtiva, dispondo basicamente da mão de obra familiar para a realização das atividades na propriedade.

O núcleo familiar das pequenas propriedades formado somente pelo casal representa, de acordo com a amostra, 36,84% das propriedades. Nestas propriedades o trabalho cotidiano

é realizado pelos mesmos, já as atividades de produção ligadas à agricultura comercial (soja e milho), são realizadas em sua maioria via terceirização de produção.

A mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados a unidade produtiva, observando-se, ainda, o elevado índice de trabalho pluriativo das pequenas propriedades, sendo superior ao da amostra das médias propriedades. O índice de filhos que somente desempenham atividades no universo da propriedade familiar representam 11% da amostra, ratificando a tendência apresentada de uma lacuna etária no comando das pequenas unidades produtivas.

Conforme ficou demonstrado, a pluriatividade na agricultura familiar se apresenta como elemento de complementação da renda para essa categoria, visto que esta, somada ao recebimento de recursos previdenciários, representa mais de 10% das receitas obtidas pelos membros dos núcleos familiares, especialmente cônjuges e filhos, gerando a percepção da necessidade de complementação da renda obtida na agropecuária.

O setor rural atual é cenário da evasão do público jovem, especialmente aqueles que apresentam nível de escolaridade mais elevado, demonstrando que os jovens, candidatos a sucessores titulares das unidades produtivas, estão se afastando do espaço rural em troca da execução de atividades não agropecuárias no espaço urbano, tendência que é agravada pela incapacidade das instituições ligadas a categoria, em proporcionar alternativas de renda e trabalho que visem à permanência do jovem no campo.

Em consonância a esta visão, de acordo com os entrevistados, a baixa remuneração proporcionada pelas pequenas propriedades nos dias atuais é o principal motivador a evasão do público jovem. As pequenas unidades produtivas não dispõem dos recursos necessários ao investimento na diversificação de atividades, ou aumento da produtividade das atividades já realizadas na propriedade, mesmo que via integração de produção. O que, segundo a pesquisa de campo, não é garantia de aumento de renda, visto o volume investimentos necessários, a necessidade de escala de produção e mão de obra.

A incapacidade de adaptação e/ou inserção aos novos mercados e arranjos produtivos, está diretamente relacionado a falta de incentivo da entidade cooperativa em relação ao fomento, das atividades da pequena propriedade. Ainda caracterizou-se na pesquisa um nivelamento de objetivos e gestão da empresa cooperativa com as de mercado, sendo este mais um fator motivador da não associação dos produtores mais jovens a cooperativa, e do não investimento por parte dos produtores em atividades como a avicultura e suinocultura, uma vez que não há nenhuma garantia de lucratividade de tais atividades.

A pesquisa buscou entender, também, a inserção da agricultura familiar neste modelo atual de produção para o mercado. Da mesma forma, buscou-se entender as alternativas de geração de trabalho e renda adotada pelos produtores na combinação de múltiplas atividades agropecuárias e/ou demais ocupações, dentro e fora do processo de integração produtiva.

Em relação às atividades produtivas internas as propriedades, pode-se analisar que as atividades pecuárias representam menor expressão em valor agregado à renda total, se comparada às agrícolas. Estas atividades fazem parte do conjunto de diversificação da unidade familiar e demandam mão de obra mais intensa e frequente. Diante deste cenário, as atividades agrícolas representadas pela produção de grãos, especialmente as culturas de soja e milho, aparecem como sendo as principais atividades das propriedades, estando à produção destas culturas intimamente relacionadas à conjuntura do mercado nacional e internacional.

Estas atividades produtivas aliadas à integração agroindustrial, com marcante presença dos complexos agroindustriais da avicultura de corte, são as responsáveis, em grande medida, pela vulnerabilidade da produção e da renda das pequenas propriedades.

A atividade avícola é realizada por apenas 44% das pequenas propriedades, perante o seguinte cenário: em 17% das pequenas propriedades a atividade avícola foi implantada em substituição a outras atividades, como por exemplo, agricultura e pecuária, sendo que os valores referentes à venda dos bens e insumos das atividades anteriores foram reinvestidos na nova atividade. As demais pequenas propriedades (27%) que trabalham com avicultura integrada, tem esta atividade como complementar às já realizadas em suas unidades produtivas.

Neste contexto, é possível afirmar que a atividade integrada de avicultura se contextualiza como forma alternativa de renda em apenas 27% das pequenas propriedades. A atividade avícola é caracterizada como a agricultura comercial pela necessidade de produção em escala e grande necessidade de capital para investimento. A pesquisa de campo assinalou a grande concentração da atividade avícola em propriedades com área superior a 30 alqueires, caracterizando, assim, a dificuldade de inserção da pequena propriedade neste ramo produtivo.

Sublinhou-se na pesquisa que, em propriedades que possuem capacidade de investimento, a manutenção da atividade de bovinocultura leiteira fora do processo de integração torna-se mais rentável, se comparada às propriedades integradas. A integração de tal atividade, principalmente pelos pequenos produtores, é justificada pela necessidade de auxílio financeiro para manutenção da produção, o que é facilitado pela integradora aos seus integrados.

A agricultura comercial ainda que vulnerável ao mercado e ao clima, é a atividade que mais gera renda, tanto nas pequenas quanto nas médias propriedades. As principais culturas desenvolvidas nesta atividade são os grãos, especialmente as *commodities* soja, milho e trigo.

A prestação de serviços tornou-se uma atividade complementar para a renda das unidades agropecuárias que investiram nesta atividade, importante para a manutenção da rentabilidade e competitividade das mesmas.

As pequenas propriedades buscam, via terceirização de processos produtivos, a inserção no mercado de produção de *commodities*, sendo o processo de terceirização da produção a alternativa encontrada pelos pequenos produtores para a solução de dois fatores limitadores da inserção de suas propriedades no ramo de produção agrícola, pós-modernização. O primeiro relaciona-se a inviabilidade de investimento na compra de máquinas para realização da atividade produtiva e o segundo centra-se na falta de mão de obra jovem na propriedade, se considerada a idade avançada dos proprietários entrevistados, e o trabalho urbano ou pluriativo da maior parcela dos filhos dos proprietários.

Neste contexto, ressalta-se ainda que as alternativas criadas pelos produtores e a combinação de atividades na propriedade e extrapropriedade, não tem sido suficiente para a manutenção dos descendentes nos núcleos da agricultura familiar. Observa-se claramente nas pequenas propriedades, o processo de esvaziamento do campo pela parcela da população mais jovem, que não tem encontrado condições suficientes para se inserir na lógica da produção familiar de modo que a mesma possa lhe oferecer sustentabilidade econômica.

O setor rural atual não pode mais ser compreendido somente a partir dos mecanismos internos da atividade agrícola, como a partir da propriedade da terra, das técnicas de produção, da segmentação de mercado e do posicionamento do produtor em relação a elas. As políticas públicas direcionadas ao setor, por intermédio de seus órgãos de classe como cooperativas e sindicatos, não se configuram visando à manutenção da produção e o incentivo às novas possibilidades de renda para as propriedades, visto que estas estão atreladas a subordinação da agricultura a mercantilização de sua produção e quiçá de sua propriedade.

Percebe-se assim, a dificuldade que o agricultor familiar de Palotina, bem como seus representantes sindicalistas e cooperativistas, tem em vislumbrar, para além da proposta do grande comércio, uma nova forma de estruturar ou reestruturar a unidade produtiva a partir de novos conceitos de produção.

Já com relação ao futuro do rural, torna-se evidente a necessidade da agricultura familiar reestruturar-se ao tempo e espaço das novas formas de produção. Para tal, se faz

necessário que as políticas públicas, assim como as cooperativas e sindicatos, assumam o papel de articuladoras desse processo.

Por fim, embora as perspectivas aqui apontadas abram um leque para trabalhos futuros, os apontamentos aqui expostos não devem ser generalizados para outras localidades, tratando-se especificamente do caso em questão. Como sugestões para trabalhos futuros indicam-se estudos relacionados à percepção dos órgãos públicos e das associações de classe aos resultados obtidos nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais. Porto Alegre.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo – Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

AMORIM, L. S. B. **Agricultura familiar e redes de desenvolvimento territorial rural: um estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF .asp#1](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1)>. Acesso em julho 2014.

BATALHA, M. O; FILHO, M. S. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar.** São Paulo: EdUFScar, 2005.

CVALE/ASSESSORIA DE IMPRENSA. **Produtos e Serviços Cvale.** Disponível em: <<http://www.cvale.com.br/armazenagem.html>>. Acesso em: 05/07/2014.

DAVID, C. Conseqüências da modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista do Departamento de Geociências,** Santa Maria, n. 10, p. 200-213, 1996.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985.

DEL GROSSI, M. E.; ANEQUINI, P. R.; SEREIA, V. J. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural paranaense na década de 90 – atividade e posição. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE - ECOPAR, 2002, Maringá. **Anais...** Maringá: EDUEM, 2002. p. 1-18.

ELIAS, D. Globalização e modernização agrícola. **Revista Paranaense de Geografia.** Curitiba, n. 1. Ano 1996. Disponível em: <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/revistas/rpg1/elias.htm>. Acesso em: 28/01/2014.

FAO; INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto.** Brasília, 2000.

FERNANDES FILHO, J. F. **Indústria rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador; JORNADA DE ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, 4., 2001, Salvador. **Anais eletrônicos...** Niterói: ANPEC; Rio de Janeiro: SEB, 2001.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura.** Curitiba: Livraria do Chain, 1988.

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação**: práticas que se relacionam. In-Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 3 nº6 jul/dez 2001.

FREITAG, L. C. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: Edunioeste, 2001.

FURTADO, R. **Agribusiness brasileiro**: a história. São Paulo: Evoluir, 2002.

GAZOLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agriculturafamiliar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre:UFRGS, 2006. p 82-101.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informações sobre os municípios do Brasil**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411790&search=parana|palotina|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 12/02/2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Palotina**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85950&tOk=ok>>. Acesso 15/12/2013.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Trad. C. Iperoiq. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. 296 p.

LOURENÇO, G. M. Agronegócio no Paraná: oportunidades e ameaças. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F.(orgs.). **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MACHADO, S. M. C. F. **Gestão de Cooperativa**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Faculdade Visconde de Cairu, Salvador, 2006.

MARSCHAL, C. R. **Pequena propriedade e Cooperativismo no Oeste do Paraná, um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial LAR**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

MARTINS, S. P. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MEGIDO, J. L. T. **Marketing e agribusiness**. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MENEZES, A. **Cooperativismo**. Brasília: OCB. 1992.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Exportações de Cooperativas e do Agronegócio 2013**. Acesso em: 15/07/2014.

NETO, S. B. **Um ensaio sobre a análise de desempenho em cooperativas agropecuárias**. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, VII, 2007, FEA-USP. Anais... São Paulo, 2007.

NETO, S. B; PINTO, A. K. **Evolução do Agronegócio e do Cooperativismo Agropecuário brasileiro: uma análise comparativa de desempenho e impacto econômico**. VII Encuentro de Investigadores Latino-americanos de La Alianza Cooperativa Internacional. Chile, 2012.

NYCHAI, L. **Caracterização do modelo de agroindustrialização de pequeno porte voltado à propriedade rural familiar do município de Guarapuava – PR**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

OLIVEIRA, N. B. **Cooperativismo**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de recursos Humanos, 1979. 280 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo/agropecuário**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuario_contexto.asp> Acesso em: 05/10/2013.

_____. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro – Ano 2011**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf>. Acesso em: 12/05/2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ (OCEPAR). **Cooperativismo no Paraná**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/PPC/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 18/11/2013.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

PLEIN, C.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M.L.; RAMOS, J. M. (Ed.). **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão, PR: Calgan Ed. Gráfica, 2003. 166p. p. 45-71.

PONTES, D. R. **Configurações contemporâneas do Cooperativismo: da economia ao direito**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

REGINATO, P. **História de Palotina**. Santa Maria: Pallotti, 1979.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. 1999. 226 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RODRIGUES, R. L. **Cooperativas agropecuárias e relações intersetoriais na economia paranaense: uma análise de insumo-produto**. 2000. 171 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

SCHALLENBERGER, E. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: Imigração e produção social do espaço colonial do sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

_____. Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário. **Revista Mediações**, v.8, n.02, p.9-26, Londrina: EDUEL, Jul-Dez/2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: UFRGS. 1999. 193 p.

_____. Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL, 2003, Fortaleza. **Território, desenvolvimento e democracia**. Fortaleza, p.1-21, nov. 2003.

_____. **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>>. Acesso em: 15/05/2013.

SERRA, E. **Processos de Ocupação e a Luta Pela Terra Agrícola no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO (SESCOOP). **Relatório de Gestão do Exercício 2012**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos>>. Acesso em: 08/05/2013.

_____. **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR Cooperativas do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>>. Acesso em: 08/01/2013.

SEIBEL, E. J. **Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo**. Perspectiva Econômica, vol. 19, n° 84, 1994.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP - IE, 1999.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SINGER, P. **“Uma utopia militante. Repensando o socialismo”**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1998.

VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

TONNEAU, J-P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. Brasília, v. 22, **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, jan./abr. 2005.

VEIGA, S.M.; FONSECA, I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DPeA, 2001. 107p. (Série Economia Solidária).

WANDERLEY, M. N. B. **Em busca da modernidade social**: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações Associativas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

ZALDIVAR, V. B. S. De campesino a agricultor? La pequeña producción familiar en el marco del desarrollo capitalista. **Noticiário de la História Agrária**, v. 3, n.5, p. 127-159, enero-junio, 1993.

ZILLI, J. B. **Os fatores determinantes para a eficiência econômica dos produtores de frango de corte**: uma análise estocástica. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1

COOPERATIVISMO / ESTUDO DE CASO/ MODELO DE ENTREVISTA

1) IDENTIFICAÇÃO

A idade do(a) chefe de família é: _____ anos.

Número de filhos de 1 a 7 anos: _____

Número de filhos de 8 a 17 anos: _____

Número de filhos com mais de 17 anos: _____

Número de filhos casados: _____

Número de filhos casados que estão na agric/pecuária _____

Número de filhos no total que estão na agric/pecuária _____

Do total de filhos, quantos ainda moram com os pais: _____

2) Quais atividades exercidas pelos filhos que não estão na agricultura?

3) Qual o seu grau de escolaridade? E dos seus filhos?

4) Chegaram em Palotina em que ano? Vindos de qual região, cidade/município/Estado?

5) Quais foram os motivos que os trouxeram para Palotina?

6) Qual o tamanho de sua propriedade? E de áreas arrendadas?

7) Você é sócio da cooperativa há quantos anos? A sua propriedade passou por transformações neste período, quais?

8) Por qual(is) motivo(s) associou-se à cooperativa?

9) Como considera vossa participação enquanto associado? (REUNIÕES, ASSEMBLÉIAS, COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO, COMPRA DE INSUMOS, SEMINÁRIOS ETC)

10) Seus filhos pretendem continuar futuramente nas atividades da propriedade?

11) Quais são as atividades realizadas na propriedade hoje ? Quem as executa?

12) Por quais atividades é formada a renda da propriedade, qual o percentual de formação da mesma?

13) Na sua opinião a cooperativa (via agroindustrialização e integração produtiva) influencia positivamente nas atividades e na renda de sua propriedade?

14) Se a cooperativa não estivesse presente na sua vida familiar e econômica, qual seria a situação de sua propriedade hoje?

15) Em que aspectos a cooperativa poderia contribuir para melhorar o desempenho da propriedade ?

16) Como é visto em sua propriedade, as mudanças no cenário produtivo das propriedades rurais?(processo de integração, produção em escala, necessidade de grande aparato tecnológico...)
